



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2017**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu pelas catorze horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia treze de abril, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- A preencher nos termos do Regimento

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 1 – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
- 2 – Empresa Multimunicipal águas do Vale do Tejo;
- 3 – Protocolo de delegação de competências na União de Freguesias de Zebreira e Segura para exploração da Piscina Municipal da Zebreira;
- 4 – Protocolo de delegação de competências na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo para exploração da Piscina Municipal de Termas de Monfortinho;
- 5 – Prestação de contas do Exercício de 2016;
- 6 – 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – ano financeiro de 2017;
- 7 – Contratação de Empréstimo de Longo Prazo para fazer face a Investimentos Municipais.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência da senhora Joana Mata Serrasqueiro Rossa, substituída pela senhora Maria Irene Teixeira Fonseca, do senhor António Manuel Creado Inácio Galdes, substituído pelo senhor Helder Manuel Henriques Pintado, do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, da senhora Maria Fernanda Simões Soares, substituída pela senhora Graça Maria Ferrer Pires, do senhor João Luís Marques Rego Galdes, da senhora Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias e do senhor João Malhadas Moreira, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas,

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos na ordem de trabalhos.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à senhora deputada Graça Ferrer para fazer parte da Mesa dado que a segunda secretária da mesma estava a faltar. De seguida deu conhecimento da correspondência recebida, salientando um e-mail enviado pela munícipe de Idanha-a-Nova Graça Capinha relativo à constantes festas efetuadas num bar sito na rua António Manzarra no mesmo prédio onde ela habita cujo barulho se



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

torna insuportável a altas horas da noite, não deixando descansar os residentes. Mais informou que a mesma fica ao dispor dos senhores deputados para, querendo, a consultar.

Seguidamente e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número vinte e três da sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezassete, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma.

Não havendo pedidos de emenda à ata, o senhor Presidente da Assembleia informou que dos senhores deputados presentes não podiam votar a ata em apreço, Susana Isabel Prelhaz Martins, António Francisco Bentes Gil, Vítor Manuel de Jesus Mascarenhas e o senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, em virtude de não terem estado presentes na sessão do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezassete.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação tendo sido a mesma aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra por parte dos senhores deputados.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ se o senhor Presidente me permitisse gostaria de separar a minha intervenção em duas, fazendo agora esta e mais tarde outra, ainda dentro do período antes da ordem do dia porque não quero misturar as coisas.

Muito sucintamente gostaria de propor um voto de pesar para ser transmitido à família pelo senhor José Cabral falecido ontem à noite. O senhor José Cabral era uma pessoa sobejamente conhecida na região, mais conhecido pelo senhor chefe Cabral, e não é apenas por isto, é porque foi um dos primeiros participantes naquilo que foi a nova democracia uma vez que foi vereador nesta câmara há mais de vinte e quatro anos e naturalmente por força das circunstâncias será de sobeja justiça que esta assembleia lhe preste, no mínimo, uma homenagem de pesar que me parece legítima, tanto a ele como a todos os outros que se lhes irão suceder no tempo por força das circunstâncias e da idade. Anteriormente falei com o senhor Presidente da Assembleia e pedi-lhe que acedesse em aceitar verbalmente este voto de pesar que vai ser desta forma apresentado à mesa e portanto terminaria assim a minha intervenção agora.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia disse que o executivo que hoje reuniu em sessão ordinária, já manifestou esse voto de pesar, uma vez que a pessoa em causa foi vereador da Câmara Municipal e será esse voto de pesar apresentado pelo senhor deputado extensivo a todos os membros da Assembleia Municipal e penso que não haverá nenhuma oposição e assim faremos um voto de pesar que será transmitido à família do senhor José Cabral.

De seguida o senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “foi sem surpresa que a CDU assistiu à apresentação da uma moção, por parte do PS, que contou com a nossa aprovação, insurgindo-se contra os exorbitantes tarifários aplicados pela VALNOR à recolha e tratamento de resíduos sólidos.

O facto da CDU não se ter surpreendido com tal moção resulta de ter sido a única força política que em relação a esta matéria, e a muitas outras, sempre teve uma posição precavida, uma análise fundamentada e uma visão clara do que nos esperava, tendo-se pronunciado inúmeras vezes, nesta Assembleia - quase sempre contra a opinião convergente do PS e PSD -, alertando para os riscos futuros dos processos que estavam em curso.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Não temos dotes de adivinhação, mas como temos por hábito fazer análises sérias, ponderadas, objetivas e fundamentadas, o tempo encarrega-se de nos dar razão, enquanto as maiorias nesta autarquia se deixam envolver em razões que, como se vem a comprovar, não defendem os interesses do concelho e dos munícipes, mesmo que essas forças políticas façam questão de propagandear que têm a maioria dos votos – prova-se que também as maiorias agem à revelia dos interesses dos que as elegeram.

Foi assim quando a CDU alertou, durante anos, para os riscos para município e cidadãos da alienação da rede de águas – e agora todos reconhecem que foi um erro, bem plasmado nas contas da autarquia. Foi assim quando a CDU alertou para os riscos e falta de futuro em despejar milhares e milhares de euros numa empresa que geriu mal, e em prejuízo do concelho, a Pousada de Monsanto – e assistimos à degradação das instalações, serviço e reputação daquela unidade hoteleira. Foi assim quando a CDU chamou a atenção para o erro de a autarquia se afastar, por mera comodidade, da gestão do Parque de Campismo da Barragem de Idanha – e verificámos a queda abrupta da procura daquele espaço pelos campistas, a quase ruína das instalações e a necessidade de gastar milhares e milhares de euros para recuperar a infraestrutura de lazer. Foi assim quando a CDU alertou para o risco de não se acautelar o interesse público municipal nas isenções de taxas em pretensos investimentos no concelho, que não estavam garantidos nem a introdução dessas cláusulas de salvaguarda impedia a sua realização – e assistimos ao evaporar desse investimento sem meios que tivessem prevenido o interesse municipal, como foi denunciado em jornais de referência nacional e nunca desmentido. Foi assim quando a CDU criticou a rede escolar que PS e PSD aprovaram que extinguia, entre outras, a Escola do 1ºCiclo de Monsanto (mantendo-se provisoriamente aberta até concluir as obras do Polo Educativo de Penha Garcia – como reconheceu a Câmara nesta Assembleia) – e assistimos à “novela” que todos conhecemos e com os prejuízos para crianças e famílias, quando só a CDU tem legitimidade política e ética pela coerência de sempre se ter oposto àquele encerramento. E muitos mais exemplos poderíamos aqui acrescentar, todos eles sustentados em documentos públicos e nas atas da Assembleia Municipal.

Mas concentremo-nos na VALNOR e na questão dos resíduos sólidos urbanos. Nesta, como noutras questões, convém não ter a memória curta e não mudarmos de opinião ao sabor da conjuntura ou dos problemas.

O dito processo de reestruturação do setor dos resíduos (e também das águas, como abordaremos no ponto específico da ordem de trabalhos) foi iniciado em governos do PS, mais concretamente com José Sócrates como ministro do ambiente, e continuado em governos seguintes. Como a CDU sempre denunciou, visava a concentração empresarial, tendo para isso retirado progressivamente a autonomia às autarquias num domínio que era da sua competência. Essa concentração empresarial, em que as autarquias tinham uma participação acionista simbólica e transitória, visava dar volume e dimensão às empresas e ao negócio para as tornar atrativas num futuro processo de privatização. Ao longo dos anos, várias vezes a CDU alertou para os riscos do caminho que se estava a seguir, mas ficámos a pregar no deserto pela convergência tácita e política de PS e PSD.

Entre outros momentos dessa nossa intervenção, recordamos a sessão desta Assembleia de vinte seis de junho de 2010, cujo ponto 5 era “Proposta de adesão à VALNOR”. O que nos era proposto pelo executivo, com unanimidade do PS e PSD, era a dissolução da Associação de Municípios da Raia Pinhal, que negociava em conjunto o tratamento de resíduos e tinha contrato com a ZAGOPE, passando cada município a subscrever quota



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

na VALNOR – as Câmaras deixavam de ser detentoras do serviço e passavam a ser clientes singulares de uma empresa.

Se consultarem a ata dessa sessão encontrarão o caminho do paraíso que aqui foi apregoado para essa opção, mas também lá verão as reservas e alertas feitos pela CDU. Irei lembrar trechos da minha intervenção nessa reunião:

“...a adesão da CMIN a alguns organismos e instituições, sempre apresentada como benéfica com fundamentações pouco consistentes, nalguns casos acabou por criar embaraços e efeitos não tão benéficos como os apregoados.”

“A VALNOR é uma empresa do Grupo Águas de Portugal sobre a qual recai uma preocupante intencionalidade de privatização o que coloca um cenário sombrio para a defesa dos interesses do município.”

“Qual a verdadeira razão da dissolução da Associação de Municípios da Raia Pinhal?”

“Qual a razão da não continuidade do contrato entre esta Associação e a ZAGOPE?”

Nem estas perguntas foram respondidas, nem outras que coloquei sobre capitais, gestão e futuro contratual de ligação à VALNOR.

A proposta de adesão à VALNOR foi então aprovada com os votos do PS e do PSD.

O governo do PSD/CDS foi mais longe no processo já iniciado, acelerando a concentração das empresas no âmbito da EGF, que acabaria por ser privatizada e entregue a um consórcio do grupo Mota Engil – designado SUMA, grupo que deu emprego ao então vice-primeiro ministro (Paulo Portas). Mas o governo anterior foi mais além. Elaborou legislação que deu à entidade reguladora (ERSAR) a capacidade de fixar e impor as tarifas aos municípios.

O que se seguiu foi o que era previsível. Enquanto esteve na esfera pública, a recolha e tratamento de resíduos utilizava os lucros para manter ou baixar as tarifas e melhorar o serviço prestado. Ao passar para a esfera privada assistiu-se à redução de pessoal, degradação da qualidade dos serviços e aumentos de preços e tarifas superiores a 100% que, por imposição da entidade reguladora (com poderes desproporcionados), serão aplicadas aos utentes.

Por tudo o que acabámos de descrever, é estranho ouvir o presidente da Câmara dizer na reunião anterior (e passo a citar) “...não podemos aceitar esta situação que tínhamos avisado que iria acontecer quando foi da privatização pelo governo anterior” É caso para dizer, o PS e o presidente esquecem quem começou o processo, quem votou na Câmara e nesta Assembleia a dissolução da estrutura intermunicipal de tratamento do resíduos e a adesão à VALNOR, mesmo perante as denúncias e avisos que a CDU aqui foi fazendo.

Não se podem caucionar políticas e, mais tarde, quando chegam os problemas que se previam para o município e população, passarmos a adotar o discurso de quem sempre se opôs a essas opções.

No mesmo plano da precaução e cautela não nos deixamos embalar por retórica política que, a coberto de boas intenções, não previne riscos e serve para ignorar soluções mais amplas e constitucionalmente consagradas, mas nunca postas em prática. Refiro-me ao chamado processo de descentralização que, não sendo novo no discurso político, tem servido para muitos fins, levando alguns mais ávidos de poder a pensar que isso lhes vai acrescentar mando. Não podemos abordar esta temática sem recordarmos que o antigo ministro Miguel Relvas usou esta mesma designação para levar a cabo um vasto plano de extinção de serviços públicos, encerramento de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

autarquias e privatização de áreas cruciais para os cidadãos e território nacional, com as consequências que todos conhecemos.

Este outro processo de descentralização que o governo pretende promover, está muito longe de incluir garantias de meios para as entidades que venham a assumir novas competências, como sejam as autarquias. Em muitas situações pretende-se substituir a autonomia dos serviços por descentralização. Não se vislumbram medidas que salvaguardem a continuidade no domínio pública de áreas de administração e a coesão nacional, podendo abrir-se processos locais diferenciados de alienação ou privatização de serviços públicos e até um acentuar das assimetrias regionais. São preocupações que temos e que deveriam ser comuns a quem pretende um país coeso, homogéneo e onde os serviços públicos sejam assegurados a todos os cidadãos.

Aliás, para uma verdadeira descentralização territorial, democrática, coerente e consistente basta cumprir o que a Constituição da República indica para a organização e estrutura do Estado. Segundo a lei fundamental do país, o aparelho do Estado democrático português é constituído por três níveis: Poder Central, Poder Regional e Poder Local. Ignorar que a regionalização é uma componente fundamental do estado democrático, impedindo a sua concretização há mais de 40 anos, só tem contribuído para manter formas de concentração de poder ou ambiguidades não democráticas de desconcentração, onde as populações e os territórios são os mais penalizados, permitindo que se agravem as desigualdades e as assimetrias e, em suma, travando o desenvolvimento do país.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que disse que “ a par do executivo camarário, as juntas de freguesia são os únicos órgãos que são eleitos diretamente pelas populações. Nessa medida gostaria de sentir que quando se fala em poder local se fala em autarquias e se fala em juntas de freguesia. Não vi nas últimas comemorações e continuo a não ver aqui grandes referências ao poder autárquico junta de freguesia. E vem tudo isto a propósito de que eu tenho para mim de que à câmara e ao executivo camarário compete definir políticas e defender os anseios da população junto das instâncias superiores, às juntas de freguesia compete-lhe coordenar e qualquer que fosse o presidente da junta, e no meu caso é mais fácil porque nos unem relações pessoais e políticas, mas qualquer que fosse o presidente da junta ou o presidente da câmara, compete ao presidente da junta coordenar as suas políticas e estar ao serviço das suas populações e defendê-las junto do executivo camarário.

Ora estão a ser entregues junto dos utilizadores da água da rede uma agenda municipal, e na agenda municipal vem uma agenda, segundo fui informado hoje, as festas oficiais. Medelim tem uma festa há décadas, chamada festa do Senhor do Calvário e não teve a categoria de festa oficial e portanto não está na agenda municipal. Ao não estar na agenda municipal, e desculpem um aparte meu, não estou preocupado comigo, estou preocupado com a minha população e estou preocupado com a identidade e com o bem-estar psicológico da minha população que no fundo considera isto como uma desconsideração, é que não houve o cuidado de colocar na agenda municipal as festas das diferentes freguesias. Senhor Presidente da Câmara, não há festas de primeira nem de segunda, há festas de acordo com as possibilidades de cada um e com as possibilidades de cada autarquia com a política definida pela câmara e não é isso que eu estou a contestar, o que estou a contestar é que é preciso ter cuidado, não desconsiderar as populações e é isso que a população de Medelim hoje me fez chegar à mão, porque de facto não tinha reparado nisto, que nós não estamos aqui representados, portanto a nossa festa não é uma festa oficial e como não é uma festa oficial não tem direito a alguns apoios.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Senhor Presidente da Câmara a questão não é dinheiro, a questão é identidade da comunidade, a comunidade tem que se rever no seu presidente de junta e tem que pensar que o seu presidente de junta representa condignamente os seus interesses e os seus anseios. Portanto este é um primeiro aspeto que eu gostaria de relevar aqui.

Os senhores, sempre que falam, e toda a gente fala em toda a gente, menos nos presidentes de junta que é quem é eleito e quem tem que dar a cara todos nos dias pelos problemas da sua população, muitas vezes sem dinheiro, muitas vezes com dificuldades e no fundo depois tem que se dirigir à câmara que me merece também algum comentário. Houve um colaborador desta câmara, e desculpem os colaboradores da câmara porque eu tenho as melhores relações com todos, e recebi há umas semanas atrás um mail de um senhor que me disse não só que eu tinha faltado a uma reunião, como não tinha apresentado o justificativo. Eu penso que isto está tudo ao contrário, portanto é aquele senhor que tem que estar ao serviço da junta de freguesia e não a junta de freguesia que tem que estar ao serviço daquele senhor, porque as coisas são o que são, nós trabalhamos para as nossas comunidades e as nossas comunidades é que fundo interessam, quer a câmara quer nós, cada um ao seu nível, não temos outra intenção senão lutar, desenvolver e trabalhar pela nossa comunidade. Portanto senhor Presidente, eu deixava este reparo.

Eu vou aqui hoje abrir uma exceção perante mim próprio, e como V. Ex.<sup>a</sup> já terá percebido que estou um pouco irritado com este tema, afinal em que é que ficamos relativamente a Almaraz? Nós estamos por estrada cerca de cento e sessenta e sete quilómetros de Almaraz, se houver qualquer problema, por mínimo que seja, nós estamos na primeira linha e não é Vila Velha de Ródão, somos nós. Nós seremos os primeiros a sofrer o que quer que seja. Gostaria que esta Assembleia Municipal, e deixo esta sugestão e faço uma exceção perante o meu posicionamento aqui que é o de me preocupar com as coisas da minha comunidade e não com as coisas do país, mas gostaria que esta Assembleia tivesse uma posição clara relativamente a Almaraz, porque isto é tudo de uma candura enorme, então nós vamos dizer o que os senhores vão fazer está tudo bem feito, estão todos os requisitos técnicos estão devidamente acautelados, então é possível fazer. Ora isto abriu-se a porta a que Almaraz continuasse por mais dez ou quinze anos e ainda por cima com o consentimento nosso. Portanto senhor Presidente, perdoar-me-á, mas eu gostaria de ver uma posição clara do nosso executivo relativamente ao facto de ter sido dito pelo nosso governo, mas não é para aí que eu quero ir, mas foi dito publicamente e todos os senhores ouviram que estava tudo bem, que podiam fazer o depósito e portanto tudo aquilo que andámos aqui a dizer cai completamente por terra, nada disto tem muito significado porque afinal de contas eles portam-se bem, vão fazer aqui um depósito e foram cumpridas todas as normas, mas senhor Presidente gostava de dissesse alguma coisa sobre isto e como sempre ponho-me à sua total disposição, mas gostava que a assembleia tomasse alguma posição sobre esta questão.

Finalmente vou descer à terra, senhor Presidente da Câmara precisamos de modificar o coletor de águas de Medelim e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, caso seja possível, nos dissesse alguma coisa relativamente à mudança, porque agora na Páscoa voltamos a ter quebras de fornecimento, a população vai triplicar dentro de dois meses e eu já estou a ver que vamos andar em obras enquanto a nossa população triplica ou quadruplica.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse que “ainda estamos em abril e avizinha-se maio, em primeiro lugar quero, em meu



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

nome pessoal, endereçar os meus sentimentos aos familiares da pessoa falecida e em segundo lugar felicito todos os oradores dos textos apresentados no dia 25 de abril. Foram mais reais este ano, mais conclusivos e um aparte que me fica detrás da orelha, da senhora deputada Susana Martins. Este ano esteve melhor, estudou muito melhor a lição e achei que está muito bem preparada sobre o 25 de abril. Portanto vamos ao que o 25 de abril nos diz respeito.

Festejou-se o 25 de abril em Portugal, foi mais um dia de festa e mais um dia de liberdade alargada para todo o povo português. Foi em 25 de abril de 1974, que um grupo de oficiais superiores juntamente com o movimento de capitães de abril, puseram fim a uma ditadura que durou mais de quarenta anos debaixo da alçada de Salazar e Marcelo Caetano. Salazar, um ditador de primeira linha e Marcelo que se dizia reformista pouco ou quase nada reformou, mas arrastou muitos portugueses para a morte. Só no concelho de Idanha-a-Nova foram quarenta e cinco famílias que ficaram destroçadas com essa guerra colonial. Só por teimosia, dizendo que preferia a derrota militar que a entrega das colónias e mais, dizia que não era por falta de dinheiro que não se ganhava a guerra. O problema não era dinheiro, o problema era sim, de vidas que se perdiam todos os dias. Essas afirmações estão registadas no seu depoimento, não é novidade para ninguém e muito menos para aqueles que estão atentos ao 25 de abril. Era um regime onde só os mais abastados, os mais fortes eram ouvidos e quase todos os restantes eram ignorados. A segurança social quase não existia, o ensino e o acesso às universidades e os serviços públicos viviam num verdadeiro atraso. Também nós aqui era uma tristeza, não tínhamos saneamento básico, água canalizada, poucas pessoas podiam ir ao médico, vivia-se de enfermeiros e curandeiros. O 25 de abril trouxe tudo de bom, e que bom seria se não abusassem tanto dele, mas ao longo da sua história o 25 de abril abriu as portas a toda a sociedade, mas para muitos deveriam estar sempre fechadas. Não tenho vergonha nem receio daquilo que vos quero aqui transmitir, o abuso do poder e dos poderes. Deram liberdade de mais a muitos, senão vejamos o exemplo, o enriquecimento fácil, a corrupção, o compadrio e o aproveitamento político tem sido demais, para ser verdade. Portugal não pode viver debaixo desses abusos que envergonham Portugal em qualquer parte do mundo, principalmente aqueles que ainda têm orgulho de serem portugueses e viverem o 25 de abril.

Quero aqui deixar um apelo aos senhores presidentes de junta, à câmara municipal em geral, que não se deixem enredar nessa teia de malfeitores. Nós não queremos pertencer a essa família, aquilo que peço é apenas um apelo, é um alerta e eu tenho muita confiança e respeito por todos vós os que ocupais cargos de chefia. Também sei, senhor Presidente da Câmara Municipal, que V. Ex.<sup>a</sup> também já o tentaram por mais que uma vez mete-lo no lote dos que chamo abusadores da liberdade, dos poderes e de outras coisas mais graves, mas como o conheço desde o berço, tenho a plena certeza que não vou ver V. Ex.<sup>a</sup> e toda a câmara municipal envolvida nesses escândalos como alguns que estão presos e outros sobre a alçada da justiça. O 25 de abril trouxe-nos a liberdade, mas não trouxe o direito de ninguém se apoderar daquilo que não lhe pertence. Alguns já foram condenados, outros aguardam julgamento e alguns aparecem agora como candidatos a altos cargos. Isto é tudo menos o 25 de abril. Abril é viver em liberdade, lealdade, competência e rigor.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, como sabe tenho por si a maior consideração e respeito, o senhor representa junto desta bancada e junto de nós todos aquele que é o digno representante dos anseios e necessidades da freguesia à qual o senhor preside. O senhor disse aqui que



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

não se fala das juntas de freguesia, mas senhor presidente isso é um pouco ingrato para nós, porque nós falamos sempre das juntas de freguesia e falamos sempre do papel determinante que é desempenhado pelos senhores presidentes, aliás pedindo cada vez mais autonomia para eles e cada vez mais transferências por parte da câmara municipal e isso é uma coisa que nós temos feito desde sempre, e aí lamento mas atentamente e sem fugir à verdade o senhor tem que reconhecer que esse tem sido o nosso trabalho desde que eu me encontro nesta assembleia e sempre defendido com os maiores argumentos por esta bancada.

Quanto a Almaraz realmente tem um problema que foi tudo decidido pelo nosso governo, mas foi decidido ainda que o estudo mais grave não tenha tido em consideração qualquer impacto para o território nacional e isto foi afirmado. Portanto nós andámos aqui votar moções e tal como o senhor Presidente da Junta de freguesia de Medelim o diz o que é que a câmara pretende fazer, o que é que se vai fazer, o que é que esta assembleia pretende fazer, porque afinal de contas aquilo que dantes era uma situação que punha em causa a estabilidade do território, punha em causa a nossa permanência aqui, de um momento para o outro, sem haver o conhecimento do estudo de impacto sobre aquilo que poderia acontecer nos territórios limítrofes, por parte das entidades oficiais deste país foi dito que afinal já não havia problema nenhum. Há qualquer coisa aqui que é estranho, portanto passou-se do oito para o oitenta sem se perceber muito bem porquê.

Relativamente à intervenção do senhor deputado sobre a intervenção da senhora deputada Susana Martins, eu recordo que no ano passado sobre o 25 de abril a senhora deputada teve a gentileza de fazer uma intervenção profunda que eu admiro imenso sobre o futuro, mas não sei se se recorda, quando toda a gente falou do passado e a senhora deputada abriu uma janela e falou no futuro e este ano mudou o discurso para uma outra situação, é que a liberdade de poder falar no futuro, que é uma coisa que o senhor aqui veio dizer que não havia antes, e ela veio aqui falar no futuro e o futuro é aquilo que está à nossa frente, é para onde queremos que vá tudo. Portanto os discursos da senhora deputada Susana Martins têm-me surpreendido pela profundidade, pela abrangência que têm e afinal de contas também vai no caminho que toda a gente quer, embora a senhora deputada esteja mais a olhar para o horizonte do futuro e não tão preocupada com aquilo que aconteceu no passado uma vez que é sobejamente repetido por várias intervenções, com toda a legitimidade.

Senhor Presidente da Câmara seria agradável que o senhor nos desse resposta às seguintes situações, no dia da inauguração do Centro Documental Raiano verificou-se que o pavimento na zona envolvente ao edifício estava alcatroada e não vemos em lado nenhum o procedimento que deu lugar a isso, portanto não sei se é necessário que isso venha refletido em algum documento, mas penso que sim, porque essa obra de recuperação foi divulgada depois nas redes sociais, portanto gostava de saber mais alguma coisa sobre isto. Também gostava de lhe falar sobre a feira raiana. Nós não sabemos aína nada sobre o orçamento previsto, mas já se falam em artistas que virão para cá e gostávamos de saber se vai haver algum procedimento sobre a contratação de artistas, como é que se vai desenvolver todo este trabalho que vai levar à Feira Raiana que afinal de contas está aí já à porta. Também gostava de saber sobre a realização do encontro nacional das CPCJ e gostava de saber qual é a estimativa de custos para isto, como é que vão ser custeadas as despesas deste encontro. Gostava de saber também como está a situação daquela artista que foi tão acarinhada por esta câmara mas que mantém um diferendo neste momento já aqui traduzido em números superior a um milhão de euros. Senhor Presidente da Câmara durante a realização do festival da rosa-albardeira em Toulões foi apresentado o candidato do PS à junta





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

dos Toulões, em que formato é que isto foi feito? Foi feito no contexto da festa? Foi feito fora da festa? É que uma coisa é chamar o atual presidente de junta para lá ir, outra coisa é apresentar aquele que pretende vir a ser um futuro presidente e por isso gostava de saber também em que formato é que isto foi feito.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Lisboa que disse que “venho aqui por três motivos, primeiro sobre um acontecimento que vai ocorrer no próximo mês de agosto que é o XXIII Acampamento Nacional de Escuteiros que aqui se vai realizar pela terceira vez consecutiva, com as seguintes participação de elementos, em 2007, dez mil escuteiros, em 2012, dezassete mil escuteiros e 2017, vinte e dois mil escuteiros. Só estou a referir este acontecimento para conhecimento antecipado dos senhores presidentes de junta e porque todas as freguesias do concelho de Idanha-a-Nova vão ter a visita de escuteiros entre os dias 1 a 4 de agosto, assim como também algumas freguesias dos concelhos vizinhos nomeadamente Penamacor, Castelo Branco e Fundão.

O segundo assunto já o senhor deputado Paulo Baptista se referiu a ele e é o encontro nacional das CPCJ's em Idanha. Não era a mim que estava incumbida esta referência, dado que estou na comissão alargada da CPCJ de Idanha não em representação desta assembleia mas sim em representação de outra instituição, mas seria a senhora deputada Adalgisa e como ela por motivos pessoais não pode estar presente, informo que este encontro irá decorrer nos dias 17 a 19 de maio no espaço da Feira Raiana e que se prevê a participação de cerca de mil elementos das CPCJ's dos trezentos e oito municípios do país e que os senhores deputados irão receber o convite para participar no evento.

O terceiro aspeto que me trás aqui é uma situação mais preocupante, durante as celebrações das cerimónias pascais a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem decidido fazer alterações ao regulamento de transito na vila de Idanha-a-Nova, nomeadamente nas artérias por onde passam as procissões. Dessas alterações é dado conhecimento às forças de segurança, bem como afixação de sinais a indicar os momentos de proibição de estacionamento e de trânsito. Até ao corrente ano, a GNR nesses dias e horários afixados estava presente para fazer cumprir o que estava deliberado. Acontece que este ano em momento algum se viu um agente da GNR nestes locais nesses horários, o que provocou algum embaraço tanto para os motoristas, como também aos participantes nessas cerimónias havendo casos em que as viaturas vinham em sentido contrário ao da procissão. Penso que o corpo da GNR não procedeu bem, dado que o mesmo deve estar ao serviço das populações e colaborar com as entidades locais, pois o apoio que deles recebe não é assim tão pouco. Por isso apelo ao senhor Presidente da Câmara para junto do comando local faça chegar o desagrado da população e que isto não se repita no futuro.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia disse que “ queria fazer uma pequena referência aquilo que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo e é composto por grupos municipais e uma mesa que obviamente está sempre aberta, dentro do espírito da lei, a moções que sejam apresentadas para que sejam votadas e apresenta-las a quem de direito. Aquilo que nós fizemos em relação a Almaraz penso que é aquilo que podemos fazer, no entanto eu sinto-me, como o senhor deputado se sente, traído por esta atitude governamental que parece que lavou as mãos assim de repente porque existia uma situação que seria pouco clara, digamos assim, e de repente passou a ser claríssima como água, pois soubemos há poucos dias que vai ser construído o tal armazém para resíduos nucleares sem oposição do governo português. Aquilo que podemos fazer é aprovarmos uma nova moção a debater-nos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

contra a construção desse armazém, mas continuo a pensar que aquilo que fizemos era o que legalmente podíamos fazer, mas se os senhores deputados entenderem que há matéria para fazermos ainda mais apresentando uma nova moção, da minha parte estou sempre disposto a aceitá-la e submetê-la a votação.

Quero também referir que em relação aquilo que o senhor deputado António Lisboa disse foi notório, para quem frequenta as festas pascais na vila de Idanha, a não presença de elementos da GNR e só não houve um acidente por mero acaso. É verdade que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm colocado nos sinais de proibição, mas alguns munícipes, ou não conhecem o código da estrada ou se alheiam completamente do que está nos painéis, e o que vemos é que há claras infrações àquilo que está estabelecido para esses dias.”

Seguidamente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim o que temos aqui no verso da fatura da água são os festivais que a câmara municipal organiza, não são as festas oficiais porque não há nenhum título de festa oficial no concelho de Idanha, e não está aqui a do senhor do Calvário como não estão as das outras dezassete localidades do concelho. Não está mas pode estar e até aceito a sua sugestão como a seguir podemos colocar as festas tradicionais do concelho de Idanha. O que queremos com esta publicação é promover aquilo que acontece no concelho de Idanha. Relativamente ao coletor de água a obra está consignada e esperamos que no verão já ter tudo pronto. Obviamente que é uma preocupação não só de Medelim, como de outras que temos no concelho e nós temos uma rede que é muito antiga e muito deficiente e hoje os quadros comunitários já não cofinanciam estas obras e estamos a fazer o cadastro de tudo aquilo que temos, as situações que temos mais deficientes no concelho, para as quais terão a nossa prioridade, mas tudo deverá ser feito com o cadastro feito e é para isso que estamos a trabalhar, para que os investimentos feitos sejam os mais rentáveis na obtenção de resultados, ou seja, que haja menos perdas e uma maior utilização e rentabilização deste valor que é a água. Quanto a Almaraz a minha posição é clara, é pública e não mudou de há quinze dias a esta data. Como sabem, independentemente agora ter havido um relatório considera que aquilo é seguro, isso para mim não é a questão, para mim a questão é, e nem poderíamos supor que fossem fazer algo que não fosse seguro, que estou contra a energia nuclear e o custo a pagar por isso é elevadíssimo e Portugal, e muito bem, tem uma imagem positiva no mundo porque nunca teve a opção nuclear com a qual eu concordo. E se temos esta imagem positiva e se nós não temos os benefícios desta opção que é uma energia muito mais barata como a Espanha tem e que nos vende, bem como a outros países da Europa, temos as consequências de estarmos a cem quilómetros e se nós quando se fez esta opção não pudemos opinar sobre a matéria, hoje podemos manifestar-nos sobre a sua não continuidade para além de dois mil e vinte. Para além de dois mil e vinte a vida útil de Almaraz é absolutamente perigosa porque teve um período de tempo de vida útil e está nos limites dos limites em dois mil e vinte.

O senhor deputado Paulo Baptista colocou aqui algumas questões e sobre o Centro Documental Raiano, obviamente que há um procedimento sobre essa natureza como é normal nos nossos serviços e nem podia ser de outra forma, sobre a CPCJ vai ser um evento que já foi aqui falado, que nos foi proposto pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens e que nós aceitámos e cá estamos para apoiar esta iniciativa. Obviamente que vai gerar algumas despesas e cá estaremos para ajudar a financiar. Com este propósito o que conseguiremos é ter aqui todas as CPCJ's de todos os municípios do país e será uma grande oportunidade para podermos promover bem o nosso concelho e esperamos que resulte bem. Naqueles dias representará oportunidades de negócio para as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 25 DE 28-04-2017

nossas unidades hoteleiras, para a nossa restauração, para a nossa economia, para o nosso comércio, mas sobretudo no para além do evento poder ficar uma imagem positiva de Idanha-a-Nova.

Feira Raiana à semelhança de todos os anos cá estaremos para fazer os seus procedimentos e o cartaz sairá em devido tempo com os referidos artistas que entretanto decidirmos contratar.

Sobre a arquiteta Cristina Rodrigues há pouco tempo trouxemos à sessão de câmara uma ação judicial que vamos fazer contra a senhora arquiteta porque entendemos que a imagem do município foi prejudicada e nessa perspetiva iremos instar um processo-crime contra a senhora arquiteta Cristina Rodrigues.

Sobre a festa Rosa Albardeira lé estivemos nós a promover a festa e subiram ao palco todos aqueles que colaboraram na organização da festa, portanto aquilo que o senhor disse foi a apresentação das pessoas que colaboraram e promoveram a festa Rosa Albardeira.

O senhor deputado António Gil falou sobre a VALNOR, da questão da água, mas sobre a VALNOR e sobre a posição que eu tomei e é aquela que é pública, obviamente quando a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova decidiu votar a sua integração na VALNOR, fê-lo em colaboração e em conjunto com todos os municípios que eram associados da Associação Raia Pinhal, com a conseqüente extinção desta associação e aderir à VALNOR e o propósito desse processo foi o de beneficiar todos os municípios e todos os municípios de todo este território, e assim aconteceu, como o senhor deputado disse e muito bem, durante o tempo em que funcionou com esta entidade em que a maioria do capital era do estado português e uma minoria, quarenta e nove por cento, era das câmaras municipais. Entendemos que este era um processo que funcionaria bem e durante o tempo em que ele funcionou desta forma só temos os melhores resultados e temos também os melhores indicadores, a nossa participação era uma participação muito ativa, era uma participação que era ouvida e portanto sentiamo-nos bem onde estávamos. A forma como o governo anterior fez, foi privatizar e ainda por cima com o estava a solução feita que era as câmaras municipais tinham quarenta e nove por cento e podendo as câmaras municipais ficar com mais de cinquenta por cento, a nós dava-nos a salvaguarda de um bom funcionamento e sobretudo para territórios de baixa densidade populacional, como é o nosso caso, permitia-nos estar todos agrupados e todos juntos tirarmos partido disso, era criar escala para podermos tirar resultados desse processo. A forma como seguiu depois foi a forma em que nenhum dos municípios, e há municípios do partido comunista, do partido social democrata, do partido socialista de toda esta região, todos eles tomaram a mesma posição, foi contra este processo e a forma como nos engaram neste e foi contra isso que eu me insurji assim como todos os outros municípios se insurgiram e inclusive conseguimos aquilo que também queríamos que era baixar significativamente o preço que nos queriam impor. Não hesitaremos em estar na luta com todos os municípios prejudicados nesta matéria para continuar a defender os interesses de cada um dos municípios.

O senhor deputado Lisboa falou aqui sobre a questão da GNR e quero dizer que sobre esta questão há pouco tempo falei com o comandante distrital sobre a posição que a GNR tem que é a de ter uma posição mais próxima dos cidadãos, muito mais de elucidar os cidadãos e muito menos a caça à multa, mas obviamente que todos nós teremos que ser respeitadores da lei e temos que conhecer a lei não podendo invocar o desconhecimento dela, mas sabemos que todos estes processos têm que partir, e eu fiz questão de dizer isto ao senhor comandante distrital, de uma colaboração da GNR com os cidadãos para os elucidar e ajudar e não processos que penso não são muitas das vezes os melhores como forma de fazer cumprir a lei.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

**PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ solicito a devida autorização para a colaboradora da câmara municipal, doutora Cristina Neto possa vir aqui apresentar resultados sobre o programa Recomeçar.

Devidamente autorizada a senhora doutora Cristina Neto disse que “vou apresentar os resultados quantitativos e atualizados da estratégia Recomeçar. A estratégia Recomeçar é uma estratégia de revitalização económica e social do concelho e por isso toca em diferentes e diversas dimensões da vida da comunidade. Nesse sentido o sucesso da estratégia pode ser medido em quatro áreas. Uma primeira que tem a ver com as ações de acolhimento, uma segunda que tem a ver com o reconhecimento e a presença no mundo digital, uma terceira que tem a ver com a melhoria dos indicadores demográficos e finalmente uma quarta com o impacto direto na economia local.

Em relação às ações de acolhimento foram realizadas até ao momento trezentas ações de acolhimento, estando ativos duzentos setenta e seis projetos empresariais em diferentes fases do desenvolvimento da empresa que vão desde a estruturação do plano de negócios, a passagem da ideia ao planos de negócios até aos pedidos de financiamento, mas também a empresas já instaladas ou em fase de instalação e empresas já em funcionamento. O acolhimento envolve novecentos cinquenta e quatro indivíduos, não só a pessoa que apresenta o projeto mas também os elementos da família. A segunda dimensão dos resultados avaliados tem a ver com o reconhecimento no mundo digital. A ferramenta de medição que foi utilizada é o Digital Demand-D2©? Que é uma ferramenta da Bloom Consulting que permite avaliar, medir o volume total de buscas online realizadas nos principais motores de busca relativamente a temas como negócios, turismo, talento em todos os municípios e agora vamos ver relativamente a Idanha-a-Nova como é que as coisas evoluíram e verificamos que a procura tem vindo a crescer de ano para ano, assim em 2013 tivemos 14430 procuras, em 2014 tivemos 15270, em 2016 tivemos 19260 e em 2016 tivemos 26550. O nome de Idanha-a-Nova tem tido uma procura sem precedentes. Olhando as estatísticas demográficas é verdade que o número de habitantes continua a diminuir, no entanto nota-se uma inversão da curva com um número de habitantes mais positivo. Por outro lado segundo o INE o saldo migratório em Idanha está prestes a atingir um ponto de viragem ou seja aproxima-se da zona positiva. Relativamente ao número de jovens tem vindo a diminuir, contudo a tendência está a ser invertida. O que já está de facto em curva ascendente é o número de alunos inscritos nas escolas do município.

Quanto a indicadores económicos temos, em primeiro lugar, um aumento do número de empresas no concelho de uma forma sustentada ao longo dos últimos três anos. Segundo i INE Idanha tem registado um crescimento em novas empresas, bem como os movimentos das exportações tiveram um crescimento exponencial em 2016, com



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

um volume de negócios na ordem dos trezentos e trinta e dois mil euros. Estes são os números que temos para vos apresentar até ao momento.”

Terminada a intervenção o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ muito obrigado pela forma clara como fez a apresentação e se de futuro puder mencionar também sob que forma é que na realidade as exportações tiveram uma evolução tão grande, se puder fazer isso pois seria também interessante elucidar a assembleia. No período antes da ordem do dia fiz algumas perguntas ao senhor Presidente da Câmara e disse que obviamente vão ser realizados procedimentos, quanto possível em próxima sessão desta assembleia gostava de ter conhecimento de quais os procedimentos e se for necessário requereremos tal. Relativamente à informação sobre a atividade do município há aqui uma situação do prazo de pagamento que à data de 12 de abril é de trinta e quatro dias, ou seja parece-me, e corrija-me se estiver errado, é inferior em três dias à média do ano anterior, uma vez que os documentos que iremos a seguir falar referem este como o prazo de pagamento, no entanto há aqui umas verbas que gostava de comentar, apesar do pouco tempo decorrido do ano, e talvez porque me levam a pensar um pouco na forma como se gasta dinheiro, ou como a câmara afeta recursos. A conceção gráfica e de conteúdos de uma edição da revista Adufe custa quinze mil duzentos setenta e dois euros, já a aquisição e impressão gráfica da mesma edição custa só catorze mil euros. A conceção eu acho que neste momento se paga muito mais pelo intelecto do que pelo trabalho. Não entendo isto.

Gostava de lhe perguntar, senhor Presidente como é que é possível, e não deve haver aqui nenhum engano, e vem aqui elaboração do projeto de construção de uma ligação mista pedonal/ciclável entre a zona industrial e a povoação de Idanha-a-Nova, elaboração do projeto, pelo valor de sessenta mil euros. Senhor Presidente são sessenta mil euros para elaborar um projeto? Se só a elaboração do projeto custa isto, não imagino quanto custará a execução do projeto. Depois vem aqui uma aquisição de material de desgaste rápido e reparação de equipamento moto manual para equipas de proteção civil, sapadores florestais e equipas de jardins e espaços verdes no valor de vinte e dois mil euros. Se fosse possível, e apenas por curiosidade como isto dá para comprar sensivelmente à volta de trinta moto roçadoras, mas obviamente não é só para isso, em que é que isto consiste? E depois há aqui uma outra verba que eu não entendo, prestação de serviços para contratação de um espetáculo musical no Centro Cultural Raiano, que espetáculo é este que custa dezoito mil euros só a prestação de serviços para contratação? Quanto é que custará o espetáculo? Depois vem a aquisição de exemplares de guia turístico de Idanha-a-Nova, que não sei exatamente qual é o documento e custa dezoito mil e seiscentos euros e gostava também de saber um pouco mais sobre isto e gostava de saber a que é que se destinam as carnes de bovino e caprino que vão ser adquiridas no valor de dez mil euros. Também há aqui uma situação de aquisição de bens e serviços e há aqui a aquisição de serviços na modalidade de avença, mas depois há aqui uma alíneas, isto na página nove e também na página dez, que justificam o facto de não estar completo, porque diz a aguardar alteração de classificação orçamental e pergunto eu se não deveria aqui constar qualquer coisa e depois também essa chamada de atenção. Já na página dez temos aquisição de serviços para o transporte dos utentes do cartão raiano +65, devo então concluir que o autocarro de cinquenta e cinco lugares que foi adquirido pela autarquia não é para este fim.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ as carnes de bovino e caprino, não devia ser bovino e caprino mas sim ovino



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

e caprino e estamos a falar naquilo que habitualmente nós fazemos no apoio aos bodos de Salvaterra do Extremo e Monfortinho, já é tradição durante estes últimos anos a câmara prestar esse apoio e isso obviamente é um procedimento que é feito em tempo útil. Quanto ao autocarro é evidente que os circuitos que nós temos são muitos e portanto os nossos autocarros, tendo nós adquiridos não um mas dois autocarros, um novo de cinquenta e cinco lugares e outro em segunda mão, dão o apoio e conseguiram reduzir com tudo isto os custos que temos com os transportes no concelho de Idanha, mas não eliminam a totalidade e portanto continuamos, obviamente, a adquirir alguns serviços mas muito menos do que fazíamos anteriormente. Sobre os folhetos, são folhetos que nós fazemos habitualmente e fazemos isso com aquisição de serviços do montante significativo que são necessários. O espetáculo que fala e feito no Centro Cultural Raiano, nós contratamos um espetáculo no âmbito dos vinte anos do centro e também no âmbito da candidatura que estamos a fazer do ciclo pascal às boas práticas da UNESCO com o cantor Carlos do Carmo e essa é a contratação desse espetáculo. A via ciclável que fala é um processo muito complexo que parte da zona industrial de Idanha e o interior da vila de Idanha-a-Nova e são projetos que envolvem não só pavimentos mas também a reorganização em Idanha de zonas em frente à câmara, largos e por ser um processo bastante complexo e por isso muito minucioso e trabalhoso. Sobre a revista Adufe é normal este tipo de procedimento e quando falamos em conceção gráfica é todo o projeto que é feito da Adufe até à parte final da sua impressão. Esse já é um procedimento que fazemos há muitos anos e mesmo por isso toda a conceção jornalística, recolha de fotografias e todo o trabalho gráfico antes da sua impressão é um trabalho que passa por uma complexidade de processos e tem sido isso que nos tem granjeado bons resultados.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ senhor Presidente da Câmara eu ouvi-o falar aqui na justificação para os sessenta mil euros para um projeto. Como o senhor Presidente sabe eu na área dos projetos já mexi em qualquer coisa e não quer dizer que seja perito, mas de qualquer das maneiras existem valores e normalmente os projetos representam um valor percentual da execução final de um projeto e quando estamos a falar em sessenta mil euros só na elaboração de um projeto e eu estive em vários projetos de grande envergadura, parece-me um tanto ou quanto exagerado.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “em primeiro lugar e relativamente ao primeiro assunto de Almaraz, ficou por perguntar ao senhor Presidente da Câmara se nós como meros cidadãos também lemos as notícias que saem no jornal e percebemos efetivamente este flagelo desta notícia, mas o senhor Presidente tem outras obrigações, responsabilidade e tem contatos diretos com a governação e gostaríamos aqui de saber, eventualmente ainda para preparar hoje ou numa próxima assembleia municipal, exatamente se o senhor Presidente da Câmara confirmou junto do governo tais informações e qual a resposta ou documentos que lhe passaram por forma o senhor Presidente dizer que confia que é uma situação segura, quais os projetos, quais os estudos que eventualmente foram feitos e se não foram então agradeço que nos informe até para nós podermos trabalhar em conjunto e sair aqui desta assembleia um trabalho e uma posição muito clara de todos nós. Por isso acho que deveríamos todos aqui membros desta assembleia reunir numa sessão de trabalho, ou em termos de grupos municipais, organizarmos um documento para enviar ao Ministério do Ambiente.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Relativamente à informação do município, de facto continuo sem perceber muito bem a envergadura desta obra que está aqui e cujo projeto está orçado em sessenta mil euros e de facto não consigo compreender o valor total da obra como o senhor Presidente disse rondar o milhão de euros, o que significa muito e muito dinheiro e que nós temos também que perceber que tipo de obra é esta, quais os procedimentos e qual a sua envolvimento, porque senhor Presidente ainda há pouco tempo vi um projeto de uma obra de grande envergadura que se prendia com um hospital aqui bem próximo de nós, com uma estrutura enorme e o projeto custou perto de cinquenta mil euros, portanto estamos a falar uma ligação mista pedonal, ou seja, parece-me que será um passeio junto à estrada que vem da zona industrial para o centro da vila, será isso?

O senhor Presidente não respondeu à questão sobre a parte em branco de aquisição de bens e serviços na verba 1.1.2., porque é que não temos aqui os valores base de adjudicação e para quê é que estamos a contratar colaboradores para o apoio a espaços positivos no concelho de Idanha-a-Nova e mais para serviços na modalidade de avença para colaboração ou apoio aos auditórios no Centro Cultural Raiano. O Centro Cultural Raiano tem funcionários, penso eu, que trabalham todos os dias, com todas as infraestruturas do CCR, pergunto, para quê mais contratação de avenças?”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “sobre a contratação de pessoal, obviamente que acontece na área da arquitetura, da jardinagem, nós também temos contratações na área da jardinagem e para montagem de tendas e para outras coisas quando o pessoal que temos não é suficiente para essas matérias e portanto nós hoje temos uma atividade, que é muito significativa e bastante grande, e quando há necessidade recorremos a este tipo de serviços e é nessa perspectiva que são feitas estas contratações. Quanto ao projeto da via ciclável estarei disponível para prestar mais esclarecimentos, mas nesta altura não estou em posse dos documentos técnicos e para não incorrer em erro será o chefe de divisão de urbanismo que tentará elucidar os senhores deputados, mas adianto que essa via será efetivamente junto à estrada que liga a zona industrial à vila de Idanha mas também no interior os pavimentos das ruas terão que ser recuperados, assim como as diversas canalizações de águas, esgotos, eletricidade e comunicações.

Relativamente à questão de Almaraz eu não tenho nenhum telefone direto para o senhor Primeiro-Ministro nem para nenhum membro do governo, nem eu nem ou outros trezentos e oito municípios, e portanto aquilo que eu ouvi na televisão, que foi o que a senhora deputada também ouviu e não tenho que receber nenhuma mensagem do governo, foi que uma comissão criada pela Associação Portuguesa do Ambiente, que é isenta de qualquer membro do governo, que fez a sua análise técnica, concordando eu ou não com aquilo, é uma análise técnica da APA e não foi o ministro x nem o ministro y. O governo entendeu, com base nesta análise técnica não continuar com o processo jurídico que tinha contra Espanha por construir este depósito de resíduos nucleares sem o governo português ter sido ouvido.”

De seguida o senhor engenheiro Pedro Dias, chefe de divisão de urbanismo da Câmara Municipal disse que “o projeto, que normalmente chamamos ciclovia, está inserido no plano de ação de mobilidade urbana da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e uma das ações que está prevista é a construção de uma ciclovia que liga a zona industrial, passa junto à câmara, passa pela zona antiga de Idanha, volta a subir e vai entroncar junto à rotunda. É



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

um circuito e vai privilegiar os chamados meios suaves e a utilização deles. Paralelamente temos também o plano especial de reabilitação urbana do qual temos algumas intervenções já validadas e aprovadas, entre as quais o Largo do Município, o Largo de Santo António, ou seja situações que sobrepõem-se umas sobre as outras e aí foi a proposta dos serviços, era fazer não só a questão da ciclovía, mas uma vez para não estarmos a fazer e depois desfazer, porque eram ações independentes, pensar logo tudo em conjunto e foi feito este projeto mais complexo. Por exemplo só a questão da ciclovía no plano de ação está orçamentado cerca de setecentos mil euros, a questão das ações das PARU's, não são todas, mas também são um milhão e pouco de euros, ou seja, com este procedimento conseguimos colmatar e podemos ir buscar já vários apoios e avançar com o projeto.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia passou ao

**PONTO NÚMERO DOIS: EMPRESA MULTIMUNICIPAL DE ÁGUAS DO VALE DO TEJO** – O senhor Presidente da Assembleia disse que foi incluído na ordem de trabalhos como informação, e no fundo também não deixa de ser uma informação para deliberação da Assembleia Municipal. Seguidamente informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra.

Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “ em relação a esta questão, já um pouco na intervenção inicial no período antes da ordem do dia tinha sido referida, porque o processo das águas e dos resíduos andou tudo misturado na mesma cremalheira para nos triturar com muitas boas intenções que é aquela coisa das papas e não sei o quê, porque não quero citar o ditado. O pedido de parecer que é solicitado a esta Assembleia decorre de um primeiro passo deste governo, alterando uma situação grave que tinha sido criada por governos anteriores, e aprofundada pelo PSD/CDS, com a concentração megalómana das redes de água. No entanto, esta alteração legislativa é tímida, não elimina os principais problemas criados com a concentração e mantém os riscos que estão por detrás do processo que se desenvolveu ao longo de décadas.

Desde 1984, sucessivas alterações legislativas, feitas pelas maiorias parlamentares e às quais o PCP sempre se opôs firmemente, abriram caminho à privatização dos serviços de águas, sendo concretizada a primeira em 1994, em Mafra. A Lei da Água de 2005, aprovada por PSD, PS e CDS, veio instituir a quase completa mercantilização e a privatização mais ampla de todas as funções da água e do domínio público hídrico.

PSD e CDS foram ainda mais longe com a fusão dos sistemas multimunicipais em mega sistemas multimunicipais, com o argumento de maior eficiência, cuja concretização ocorreu em 2015, com a criação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte, do Centro Litoral e de Lisboa e Vale do Tejo, mesmo contra a vontade dos municípios, dos trabalhadores e das populações. Contudo, o real objetivo foi sempre o de entregar a exploração e gestão destes sistemas multimunicipais aos grandes interesses privados, sem risco e com a perspetiva da obtenção do máximo lucro, tendo retirado às autarquias qualquer papel na definição de tarifas e gestão das redes de água.

A fusão de sistemas multimunicipais e neles integrando os sistemas em “baixa” para, ato contínuo, os concessionar ou subconcessionar aos grandes grupos económicos nacionais e internacionais que atuam neste setor, inseriu-se no objetivo do anterior Governo de privatização dos serviços de águas e resíduos.





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

A universalidade do acesso à água só se garante em toda a sua plenitude contrariando a exploração privada do domínio público hídrico e dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, de qualidade e acessíveis a toda a população. Para combater a pressão para a mercantilização da água garantindo o direito fundamental à água e ao saneamento e o direito à água na Natureza, é necessário garantir a propriedade pública da água combatendo a entrega da captação e distribuição de águas e saneamento de águas residuais a empresas privadas, valorizando o papel das autarquias, respeitar as competências municipais em particular no que se refere aos Serviços Urbanos da Água. A privatização destes sistemas não só transforma o direito universal à água em mercadoria, como retira às populações e ao poder local qualquer possibilidade de intervenção democrática na sua gestão.

Assiste-se a nível mundial a uma reversão dos processos de privatização, através da sua remunicipalização. Não faltam exemplos de remunicipalização em todo o mundo, como Paris (França), Buenos Aires (Argentina) ou Berlim (Alemanha). As remunicipalizações avançaram porque se verificou que a gestão privada dos serviços de água conduziu à degradação da qualidade do serviço público, à dificuldade em monitorizar os privados, à falta de transparência, à falta de investimento nas infraestruturas, ao aumento de custos operacionais e ao aumento das tarifas, à destruição de postos de trabalho e à degradação ambiental.

O atual Governo assumiu no seu programa a reversão dos mega sistemas multimunicipais, de acordo com a vontade dos municípios. Contudo, definiu um caminho que fica aquém do necessário, ao instituir que os sistemas a destacar terão de ser multimunicipais, impedindo a possibilidade de parcerias público-público e insiste na perspetiva de agregação das redes em baixa, com a introdução de mecanismos que condicionam a livre opção dos municípios, nomeadamente através do acesso a fundos comunitários que de outra forma não teriam. A agregação das redes em baixa constitui um enorme risco, ao criar melhores condições para se avançar, num futuro próximo, para a verticalização e posterior privatização.

O PCP entende que a água, o domínio público hídrico e os serviços de água devem ser política e democraticamente controlados, sujeitos ao interesse público e às necessidades do País. Rejeita por completo «qualquer perspetiva de agregação das redes em baixa», já que isso seria a antecâmara da «verticalização e da privatização» e impede a autonomia de cada município gerir a sua rede de água, como achar conveniente – incluindo parcerias com outros municípios ou empresas públicas.

A gestão e administração dos recursos hídricos, do domínio público hídrico e servidões associadas, bem como a emissão de títulos de utilização, licenças ou outras formas de autorização de uso privativo e as expropriações só deverão ser exercidas por administração direta das Autarquias Locais ou do Estado Central.

No entanto, quando PS, PSD e CDS rejeitaram uma recente proposta legislativa do PCP que visava garantir a água no domínio público e proibir a mercantilização, comercialização, arrendamento, concessão exclusiva ou alienação de bens do domínio público hídrico ou servidões relacionadas, bem como a transação, negócio ou mercantilização de autorizações ou títulos de utilização ou de poluição da água, mesmo regressando ao modelo antes das megafusões de 2015, não vemos assegurado o domínio público sobre a água e o direito dos municípios gerirem esse bem comum.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

A questão de fundo é que a reversão coloca-nos no sistema anterior, com o qual já estávamos em desacordo porque, nos sistemas intermunicipais impostos, os municípios passaram de gestores de um bem comum a clientes de empresas em cuja gestão não têm intervenção direta e preponderante.

Nestas condições, mesmo verificando que há um dismantelamento dos mega sistemas, reversão com a qual concordamos, não podemos subscrever totalmente a insuficiência da opção tomada, pelo que nos iremos abster.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “aquilo que estamos aqui a falar é de uma alteração ao regime que junta vários municípios em empresas multimunicipais que iria permitir que houvesse estes objetivos e estes princípios da contenção tarifária da solidariedade e equidade. Portanto isto é que era o fundamental. Foi agora alterado, isto só para que sejamos melhor esclarecidos para três subsistemas em que a garantia de que estes princípios irão ser mantidos deve-se à compensação que irá ser feita através dos outros municípios, compensação essa que irá durar até dois mil e vinte e seis, e é disto que se trata. Para garantir a equidade, solidariedade, eficiência, estabilidade do sistema e a contenção tarifária, que me parece o mais interessante, apenas se destinava a isto. Neste momento esta garantia é apenas dada desde que cumprida a compensação evolutiva de que estamos a falar. Portanto qual é a vantagem que advém porque temos uma dependência exclusiva desta compensação, portanto deixa de haver uma regra comum a todos e estamos dependentes da compensação. Se é esta a situação eu gostava de saber, porque em função disso será o nosso voto. Estes três sistemas multimunicipais vão implicar a criação de três entidades gestoras, deixando de haver uma para passar a haver três.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ nós somos a última câmara que está a ultimar este processo, todas as que faziam parte do sistema anterior já levaram às respetivas assembleias municipais o assunto para resolução. Assim solicitava autorização para que o vereador Joaquim Soares, que é quem está mais diretamente ligado ao processo possa esclarecer melhor os senhores deputados.”

Devidamente autorizado, disse que “o objetivo era uniformizar a tarifa da água a nível nacional, água e resíduos. Acontece que os municípios de maior densidade populacional hoje ainda têm a água mais barata que a nossa, como têm muitos munícipes conseguem vencer as dificuldades que nós temos, razão pela qual foi proposta a criação desta componente tarifária, assim como vai haver um fundo ambiental para compensar até três cêntimos o metro cubico de água. Mas também há uma outra razão que levou a esta divisão deste sistema, que é o tratamento do saneamento. Neste momento o maior problema que nós temos é a contagem e o tratamento do saneamento, principalmente quando chove, porque o saneamento é pago ao metro cubico tratado. Aquilo que este novo sistema se propõe é arranjar uma forma diferente de pagar o tratamento do saneamento, não em função dos metros cúbicos que entram nas ETAR's, mas sim através de uma medida mais suave. Estas são as razões mais fundamentais que nos levaram a esta alteração. Uma outra coisa resultante desta legislação é a obrigatoriedade de adesão a este sistema.”

Terminada a intervenção do senhor vereador, e não havendo mais pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à adesão do Município de Idanha.a-Nova à empresa multimunicipal de Águas do Vale do Tejo, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e quatro;



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: quatro – Susana Martins, Pedro Ribeiro, Paulo Baptista e António Gil;

Votos a favor: vinte.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, QUATRO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À CISÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO NA SEQUÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO-LEI NÚMERO 72/2016, DE 4 DE NOVEMBRO E A SUA DIVISÃO EM TRÊS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS PARA ÁGUAS RESIDUAIS – ÁGUAS DO TEJO E ATLANTICO, SIMURSAL E ÁGUAS DO VALE DO TEJO E DAR PARECER FAVORÁVEL À INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA NA EMPRESA MULTIMUNICIPAL ÁGUAS DO VALE DO TEJO.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia sugeriu aos senhores deputados para que os pontos três e quatro fossem debatidos em simultâneo, dado tratarem-se de assuntos iguais em freguesias diferentes, mas que na hora da votação, os mesmos fossem votados separadamente.

Os senhores deputados foram de opinião unânime que assim se procedesse.

**PONTO NÚMERO TRÊS: PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA ZEBREIRA;**

**PONTO NÚMERO QUATRO: PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “estamos completamente de acordo em que exista uma cedência de exploração das piscinas municipais, por delegação de competências, às Uniões de Freguesia. Aliás, desde a primeira proposta que aqui surgiu, para a piscina da Zebreira, que manifestámos essa concordância, tendo até sugerido uma clarificação dos benefícios na bilhética que, no ano seguinte, já vinha contemplada no protocolo e que agora se mantém.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Posto isto, esclarecida a nossa aprovação às duas propostas de delegação de competência – para a Zebreira e Termas de Monfortinho – consideramos que há aspetos nos protocolos (e iremos analisar os dois em simultaneamente – por serem idênticos) que poderiam ser melhorados, não só para assegurar o interesse das partes (particularmente das Uniões de Freguesias), mas também para evitar contradições nos documentos.

Assim:

1. Na alínea d) do ponto 1 da 2ª cláusula, diz-se que quaisquer obras ou reparações são da responsabilidade da União de Freguesias. Ora, sendo a Câmara proprietária da infraestrutura e dos equipamentos inerentes, essa obrigação de conservação deveria ser isso mesmo, meramente de conservação e manutenção, pois o modo como está redigido pode acarretar para a União de Freguesias responsabilidades mais amplas e estruturais sobre um património que não é seu.
2. No mesmo ponto e cláusula, na alínea f), também se define que quaisquer multas, coimas ou sanções ficam a encargo da União de Freguesias. Também aqui essa responsabilidade deveria ser circunscrita a penalizações resultantes da gestão e funcionamento correntes da exploração da piscina, por isso ser uma obrigação de quem as vai gerir, mas isentar as Uniões de Freguesias de qualquer sanção resultante de problemas ou deficiências estruturais, que teriam que ser imputados ao dono da infraestrutura.
3. Por último, e confirmado a justeza das nossas sugestões anteriores, e em aparente contradição com aquelas alíneas dos protocolos, o ponto 3 da mesma cláusula estabelece que o controlo técnico e a manutenção dos equipamentos de controle, bombagem e elétricos (os que atrás indicámos como os inerentes à infraestrutura) são da responsabilidade conjunta da CMIN e da União de Freguesias. Envolvendo a CMIN na corresponsabilidade de conservação e manutenção dos elementos estruturo-funcionais da piscina, de que é proprietária, deverão ser remetidas para a Câmara a responsabilidade de obras e manutenção desses elementos, bem como quaisquer multas, coimas ou sanções resultantes de deficiências ou anomalias de tais componentes, como já atrás tínhamos sugerido.”

Terminada a intervenção do senhor deputado e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa ao PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA ZEBREIRA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE..

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

**“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE ZEBREIRA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa ao PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE..

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO.”**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa da Assembleia uma moção, que tem a ver com a questão de Almaraz e que a iria ler, para ser melhor analisada durante o intervalo da sessão que se iria seguir. Assim

**MOÇÃO**

A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova é o órgão representativo de todas as forças políticas e Comunidades de Idanha-a-Nova.

Distando este concelho aproximadamente 100 Kms da Central de Almaraz, foi com alarme público que teve conhecimento da posição do Governo da República, a qual avalizava a construção de um armazém de resíduos nucleares na central nuclear de Almaraz, dando desta forma cobertura política e técnica para a continuidade do funcionamento da central para lá de 2020.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Ora, considerando a tomada de posição desta Assembleia Municipal na sua reunião de 25 de fevereiro de 2017, onde se exige o encerramento até 2020, solicitamos ao Governo da República que nos sejam fornecido:

1.– Estudos técnicos e respetivos pareceres que permitiram as conclusões divulgadas na imprensa de 28 de abril corrente;

2.– Estudo de impacto ambiental no território português;

3.– Planos de contingência em caso de acidente;

4.– Plano de Encerramento da Central de Almaraz.

Idanha-a-Nova, 28 de abril de 2017.”

O senhor Presidente informou que a moção seria votada no final da sessão e que a sessão seria suspensa por cinco minutos para preparação da sala.

Retomados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia disse se havendo concordância dos senhores deputados se iria votar a moção apresentada. Sendo opinião unânime dos senhores deputados de se votar já a moção, o senhor Presidente submeteu a mesma a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por UNANIMIDADE de votos e a mesma será enviada ao senhor Ministro do Ambiente.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016** – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento. O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que o senhor doutor Pedro Grácio, chefe de divisão patrimonial e financeira da câmara, fizesse a apresentação técnica do documento.

Devidamente autorizado o senhor doutor Pedro Grácio disse que “ o documento mostra-nos que em relação à execução orçamental verificamos que no capítulo das receitas cobradas foi de quinze milhões, oitocentos noventa e três mil, oitocentos setenta euros e vinte e cinco cêntimos, que corresponde a execução percentual de oitenta e seis virgula oitenta e nove por cento relativamente à previsão corrigida e temos do lado da despesa também uma execução total de quinze milhões, duzentos cinquenta e dois mil, quinhentos sessenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos, o que corresponde a uma taxa de execução de oitenta e três virgula trinta e nove por cento, relativamente também às previsões corrigidas do orçamento. A diferença entre aquilo que recebemos e aquilo que o pagamos dá-nos o saldo da gerência, o qual é de seiscentos quarenta e um mil, trezentos e oito euros e sessenta e oito cêntimos.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

No lado da receita, e a exemplo dos anos anteriores, temos como principais rúbricas as transferências correntes, as transferências de capital e os impostos diretos. Ao nível da execução da receita verificamos um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, o qual não é muito significativo.

No nível da despesa, conforme tem sido verificado em anos anteriores, temos como principais rúbricas nas despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Estas duas componentes são bastante significativas no nosso orçamento. Temos também em outra vertente as transferências correntes e de capital, que são as transferências que fazemos para as entidades terceiras, quer para juntas de freguesia, quer para instituições sem fins lucrativos. Neste caso também temos um decréscimo em termos da evolução da execução da despesa relativamente ao ano anterior

Em termos percentuais temos que o total da despesa paga sem Atividades Mais Relevantes é de sessenta por cento, a despesa corrente imputada a AMR é de vinte e dois por cento e a despesa de capital corresponde a dezoito por cento do total pago.

Na análise patrimonial e relativamente ao balanço temos, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, um total de amortizações de quarenta e oito milhões, quinhentos vinte e sete mil, setecentos setenta e cinco euros e catorze cêntimos, o total das provisões é de um milhão, cento vinte e sete mil, novecentos e oito euros e vinte e nove cêntimos, o total do ativo líquido é de oitenta e quatro milhões, setecentos quarenta e dois mil, quatrocentos quarenta e um euros e dezasseis cêntimos, o total de fundos próprios é de sessenta e dois milhões, cento dezassete mil, quatrocentos setenta e seis euros e oitenta e um cêntimos e o total do passivo é de vinte e dois milhões, seiscentos vinte e quatro mil, novecentos sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos.

Os resultados operacionais são negativos num total de um milhão, setecentos setenta e oito mil, seiscentos setenta e dois euros e nove cêntimos, os resultados financeiros são de setecentos dezoito mil, quatrocentos setenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos, os resultados correntes são negativos e no valor de um milhão, sessenta mil, cento noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos e o resultado líquido do exercício é de menos setecentos setenta e seis mil, quinhentos trinta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos e é este valor que se propõe que seja aplicado nos resultados transitados.

Em síntese temos: Execução absoluta da receita 15.893.870,25€;

Execução absoluta da despesa 15.252.561,57€

Saldo da gerência 641.308,68€

Despesa corrente paga 12.474.641,65€

Despesa de capital paga 2.777.919,92€

Taxa de execução da despesa 83,39%

Ativo líquido 84.742.441,16€

Fundos próprios 62.117.476,81€

Passivo 22.624.964,35€



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Resultado líquido -776.537,84€

Dívida a instituições de crédito 2.303.866,99€

Prazo médio de pagamento 37 dias.

Terminada a apresentação do documento da conta, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra por parte dos senhores deputados. Terminado o mesmo, o senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “em primeiro lugar quero felicitar a autarquia por nos apresentar um documento que permite uma leitura clara sobre a atividade desenvolvida em dois mil e dezasseis e respetiva prestação de contas. Quanto à atividade desenvolvida quero salientar a aposta nas áreas da educação, da ação social e da economia, estas três áreas mereceram investimentos muito significativos com impacto muito concreto na vida das pessoas do concelho de Idanha-a-Nova. Entendo que o trabalho realizado no ano transato veio consolidar o caminho do desenvolvimento e do progresso que a autarquia traçou para o nosso concelho. A aposta tem incidido no reforço das políticas municipais desenvolvidas nos últimos quatro anos, com provas dadas na promoção da coesão económica, social e territorial.

O investimento nas pessoas, em especial, é uma prioridade que reconhecemos a esta autarquia, a dimensão muito considerável dos investimentos realizados no ano de dois mil e dezasseis não invalidaram a postura a que este município sempre nos habituou, ambiciosa mas prudente.

Verifico que nos últimos anos se registou um aumento na receita corrente cobrada líquida que reflete a capacidade desta autarquia na captação de receitas. Isto sem proceder a qualquer aumento de impostos, mesmo pelo contrário, aplicando um dos regimes fiscais mais favoráveis aos municípios. Cinco por cento da receita do IRS a favor dos municípios, valor mínimo nas taxas de IML, isenção de pagamento da taxa de derrama e dos direitos de passagem.

Dois mil e dezasseis viu ainda ser aprovada por esta assembleia a criação das Áreas de Reabilitação Urbana. Esta é uma medida que irá trazer benefícios fiscais aos municípios e, ao contrário do que acontece noutros pontos do país, estende-se a todo o concelho de Idanha-a-Nova.

Factual e documental é que a dívida total da autarquia diminuiu onze por cento em dois mil e dezasseis. Assim a dívida total da autarquia no valor de três milhões, trezentos e dez mil, quinhentos e dez euros, faxe ao limite calculado de vinte e um milhões, cento noventa e oito mil, novecentos trinta euros, dá um índice total de dezoito e meio por cento quando em dois mil e quinze registou vinte e dois vírgula seis por cento. A esta margem de segurança, chamamos assim, há ainda que somar duas parcelas, uma a libertação da verba associada a pedidos de pagamento apresentados no âmbito dos apoios comunitários disponíveis em que já é possível assegurar que a despesa apresentada foi validada e aceite. O recebimento de um pedido de reembolso de IVA que se encontra pendente, para além da maior redução da dívida que o recebimento das verbas recebidas possibilitaria em termos contabilísticos o seu reconhecimento só poderá ser considerado prudente uma vez que, não foram ainda conhecidos todos os proveitos referentes às despesas já englobadas em pedidos de pagamento, o que poderia representar uma melhoria dos resultados no período na ordem dos oitocentos mil euros.





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Foi constituída uma provisão para o pedido de reembolso de IVA enquanto não há notícia formal da sua aprovação, que produziu resultados em quatrocentos mil euros. Registo também que o Município de Idanha-a-Nova mantém com os seus fornecedores e parceiros uma relação de confiança mútua, assumindo os seus compromissos financeiros a curto prazo. Na estratégia desenvolvida pelo município é evidente a relação de proximidade e o espírito de cooperação com as diferentes entidades e instituições locais. Refiro-me muito em particular às juntas de freguesia pelo seu papel importantíssimo junto das populações, mas também, mas também às IPSS's, às diferentes associações e às paróquias. A atividade desenvolvida por estas entidades tem merecido um grande apoio financeiro, logístico e humano da câmara municipal que se reflete na prestação de contas que hoje aqui estamos a discutir.

Naquele que foi um ano cheio de sucessos e desafios destaco os seguintes momentos, a reabertura da EBI de Monsanto, encerrada pelo anterior governo por falta de visão estratégica, hoje novamente ao serviço da educação das nossas crianças muito graças à persistência desta autarquia e das famílias, a entrada em vigor dos novos regulamentos do Cartão Raiano e dos Apoios Sociais, os quais aumentaram os benefícios para os idanhenses, nomeadamente apoio na realização de obras em habitação própria e permanente para jovens que optem por residir em áreas de reabilitação urbana, o aumento do valor global da comparticipação e beneficiações e manutenção de habitação, ajuda às populações mais carenciadas com a comparticipação nas despesas com lares, centros de dia e apoio domiciliário, o alargamento dos apoios na educação aos estudantes do ensino superior, criação do tarifário especial de água com duas vertentes para as famílias numerosas e outro para famílias com baixos rendimentos e finalmente a medida de ocupação social autárquica.

A estratégia recomeçar cumpriu o seu segundo ano em dois mil e dezasseis, até agora foram acompanhados duzentos e setenta e seis projetos envolvendo novecentos e cinquenta e quatro indivíduos, que originaram trezentas e oitenta ações de acolhimento. As áreas de economia envolvidas vão desde o setor dos serviços, produção agrícola e comércio, turismo rural, educação, cultura e produção animal. Estes números demonstram a forma dinâmica como a autarquia tem desenvolvido este programa estratégico. Destaco o lançamento do projeto Idanha Food Lab, um projeto que acredito que traga mais desenvolvimento económico para o concelho.

Não me quero alongar mais e termino agradecendo mais uma vez a forma explicita como nos foram apresentadas as contas e deixo ao Município de Idanha-a-Nova uma mensagem de apreço pelo trabalho desenvolvido.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ doutor Pedro Grácio muito obrigado pela forma clara como apresentou estes números, porque os restantes documentos nós temos aqui e o senhor conseguiu tornar sucinto um documento com uma extensão como este que aqui está. Queria apenas perguntar-lhe uma coisa, esta provisão de quatrocentos mil euros para fazer face aos pedidos de IVA efetuados e recusados vem do passado, e é apenas aqui refletida porque se tivesse sido refletida à data anterior, então teríamos tido resultados diferentes nos anos de exercícios anteriores.

O doutor Pedro Grácio disse que” nós quando efetuamos o pedido de pagamento nós consideramos também nesses pedidos de pagamento nos anos em que foram feitos como proveitos extraordinários. Nesse caso aí foi



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

acrescido no apuramento dos resultados do lado do proveito. Este ano o que fizemos foi contrabalançar esse proveito com o resultado do lado dos custos.”

O senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que “quando nós consideramos esta receita é porque tínhamos, em termos contabilísticos, toda a pertinência de poder fazê-lo enquanto receita. Entendemos agora fazer como provisão porque há da parte das finanças e nesta fase uma não aceitação da recuperação deste IVA e portanto nesta fase é que faz sentido ter de haver uma provisão e é uma provisão porquê? Porque nós também fizemos a contestação e vamos continuar a fazer a contestação àquilo que as finanças fizeram. Nós ainda achamos que temos direito a isto, no entanto já consideramos aqui como custo e a não a considerar como receita, precavendo uma resolução no pior dos casos.”

Retomando a palavra o senhor deputado Paulo Baptista disse que “as minhas eram claras e direcionadas ao doutor Pedro Grácio, mas agradeço a forma como o senhor Presidente da Câmara se juntou ao esclarecimento, mas o senhor doutor Pedro Grácio mencionou dois virgula três milhões de euros de dívida a instituições de crédito e esse é neste momento o montante em dívida a instituições de crédito? A esta data não consegue dizer qual é a dívida para com essas instituições?”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “A conta do exercício de 2016 não diverge significativamente do que se esperava, se atendermos à apreciação que aqui fizemos quando da apreciação das Opções e Orçamento para o ano a que dizem respeito.

De facto, e voltamos a repetir, não temos divergências substanciais quando às prioridades que foram inscritas nas Opções, como ninguém que conheça o concelho as terá. As nossas grandes reservas prendem-se com a ação quotidiana e gestão da autarquia, em relação à qual as nossas opiniões são bastante mais divergentes, e consideramos que as contas apresentadas nos dão razão nas críticas que antecipámos na discussão dos projetos para 2016.

Ainda que não sejamos dos que acham que as políticas públicas se avaliam exclusivamente por indicadores financeiros, também não podemos ignorar que nos últimos anos os resultados dos exercícios têm sido sistematicamente negativos, superando em cada ano o milhão de euros, e este ano o resultado líquido negativo ronda os 800 mil euros.

Se tal indicador contabilístico fosse o resultado de políticas locais apostadas no desenvolvimento e valorização do concelho, não teríamos qualquer limitação em considerar esses saldos negativos como um fator de desenvolvimento. No entanto, não é isso que sucede.

Verificamos que as receitas de capital conseguidas foram quase metade do orçamentado (54,8%), com uma receita de 1.356.598 euros para uma previsão de 2.3475.630. Fomos vendo a Câmara a aplicar centenas de milhares de euros na Casa Marrocos, com dezenas e dezenas de milhares de euros em estudo e projetos de viabilidade turística, para de repente tal edifício entrar num programa de indefinição e de uso longe de garantido. Nos últimos anos assistimos a uma persistência na aquisição de edifícios de interesse e utilidade pública mais que duvidosa, despendendo centenas de milhares de euros sem qualquer perspectiva de aproveitamento ou valorização para o concelho, quando existiam alternativas bem mais adequadas e operacionais. Continuamos a constatar nas



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

contas da autarquia o dispêndio de centenas de milhares de euros (este ano, mais de 280 mil euros diretamente registados) em estudos e projetos, alimentando empresas exteriores e, com essa opção, não criando e valorizando recursos humanos da autarquia que - não diremos em todas as situações – mas poderiam ser uma opção mais fiável e económica para muitas das ações pretendidas.

Não nos alongaremos a ler números, pois o que nos separa destas contas são as orientações autárquicas que elas traduzem e, quanto a essas, não vemos no concelho de Idanha motivos reais, objetivos e reconhecidos como sinais de valorização do concelho e de reversão do seu processo de declínio demográfico, social e económico.

Sabemos que nos irá ser replicado que o concelho de Idanha aparece nas televisões e nos jornais, mas também isso se paga – e muito – como se pode perceber nas contas do exercício do ano de 2016.

Desejariamos que as contas fossem a tradução de um concelho com reforço do seu tecido económico, revitalização e pujança das suas atividades produtivas e alguma recuperação ou, pelo menos, consolidação demográfica.

Mas não! Todos os dias somos bombardeados com realidades virtuais e dinamismo mediático – que se pagam através das verbas municipais, mas sem contrapartidas reais. A Câmara parece que se transformou numa agência imobiliária, não se sabendo para quê nem para quem. A autarquia confunde-se com um escritório de avenças e serviços de outsourcing, quando poderia organizar e rentabilizar os seus recursos humanos. Despejam-se centenas de milhares de euros em iniciativas que criam uma economia nas nuvens, quando as poucas empresas locais e as pessoas reais que cá vivem continuam a ver o seu concelho a definhir.

Por todas estas razões, porque estas contas nos dão conta da ilusão das políticas autárquicas que as geraram, iremos rejeitá-las.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hélder Pintado que disse que “ a minha intervenção tem a ver com a cultura. Idanha-a-Nova é hoje um município com uma dimensão cultural reconhecida em todo o país e a nível internacional. Essa projeção muito significativa acontece em grande parte por uma via de gestão autárquica que acarinha a cultura. É sabido que a cultura é um território que pode alavancar o seu desenvolvimento. Estou em crer que é esse o caso do nosso concelho. Hoje somos um território da UNESCO, Idanha é cidade da Música da UNESCO mas também integra o Geoparque Mundial da UNESCO, o geoparque Naturtejo, e ainda faz parte da reserva Biosfera do Tejo Internacional. São três redes e três selos UNESCO que já hoje representam inúmeras oportunidades para as nossas populações e instituições, mas a ambição da câmara municipal vai mais além, é público que a autarquia pretende candidatar à UNESCO o programa de salvaguarda e promoção do ciclo da Páscoa em Idanha, mais concretamente a pretensão é inscrever o referido programa nas melhores práticas da UNESCO. Trata-se de desenvolver e preservar mais de duzentas e cinquenta manifestações de religiosidade popular que representam excelentes exemplos de salvaguarda do património cultural e imaterial.

Só posso felicitar o executivo autárquico por esta visão estratégica que mais não é do que valorizar um trabalho que é feito todos os anos pelas nossas populações sempre com fé e abnegação, mas este carinho pela cultura está sempre presente nas diferentes atividades promovidas pela câmara municipal. Exemplo disso são os festivais temáticos que acontecem em todas as freguesias. Para além da divulgação dos nossos produtos, para além de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

movimentarem dezenas de expositores, para além de dinamizarem a hotelaria e a restauração, estes festivais colocam no centro de tudo isto a nossa cultura e as nossas tradições.

Ser cidade criativa da música tem de ser isto, valorizar o que é nosso, neste caso valorizar os nossos costumes e os nossos grupos tradicionais, divulga-los, mostrar todo o seu valor, assim como a nossa gastronomia, o nosso artesanato, a nossa música, o podem ser e têm sido excelentes embaixadores do nosso concelho.

Assim no plano da cultura quero destacar a colaboração entre o Município de Idanha-a-Nova, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O protocolo que está a ser preparado pretende desenvolver e promover a cooperação técnica e científica no âmbito do projeto Investigação Igaedis. O objetivo principal é estudar de forma integrada a cidade antiga de Idanha-a-Velha e o seu território, contribuindo para a salvaguarda e divulgação do património.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ sobre algumas das questões aqui colocadas e sobre a prestação de contas do ano financeiro de dois mil e dezasseis, quero dizer o seguinte, este relatório de contas da atividade desenvolvida durante dois mil e dezasseis espelha o que efetivamente o concelho de Idanha e que também hoje aqui apresentamos com alguns indicadores demográficos, económicos e sociais, o concelho está a conseguir inverter num processo de despovoamento, que em termos económicos e sociais têm sido flagelado desde os anos cinquenta. É um processo que não é fácil, é um processo integrado num país que é o segundo país mais assimétrico do mundo e num território como o nosso que é caracterizado por ser um dos territórios de menor densidade populacional. Mas é exatamente nesse processo, e desde o início, que a nossa política tem incidido, uma política de coesão económica e social, uma política virada para as pessoas e com as pessoas e é aí que estamos a fazer o nosso esforço, é com as pessoas na totalidade do concelho de Idanha, das suas instituições, os agentes económicos, as instituições públicas e as instituições privadas, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, é com todos, numa estratégia de eficiência coletiva, é todo o envolvimento que nós pretendemos fazer no concelho, porque a Câmara Municipal aqui é um agente que está presente e que tem que ser motivador de toda uma comunidade para ambicionarmos uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Foi isso que nos pautou, é isso que nos pauta na nossa estratégia quando há quatro anos iniciamos todo este processo e quando o entendemos desenvolver. E tudo isto se faz também com as pessoas, mas também numa forma equilibra em termos económico-financeiro. Por isso sempre o dissemos que esta instituição tem que ser um agente económico que tem que estar, não existe para dar lucros e fazer especulação económico-financeira, ao serviço das pessoas e de uma estratégia de desenvolvimento sustentado.

Por isso temo-nos pautado por conseguirmos ser um agente económico que tem que ser captador de fluxos económicos que podem e devem ser investidos em Idanha-a-Nova. Também o nosso desafio é que ano após ano seja esta uma entidade com uma estabilidade económico-financeira que permita que seja uma entidade ativa, que seja uma entidade competitiva no mercado global da economia. Isto não quer dizer, e como já o disse, que o nosso objetivo seja no final de cada exercício apresentar aqui lucros da nossa atividade. É por isso com muito bem vincado que os nossos resultados apresentam um índice de dívida total dos mais baixos do país.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Os números são claros, mesmo com esta segurança e esta forma de ser e de estar da câmara municipal, na prestação de contas nós, além de termos um índice de dívida mais baixo do país das câmaras municipais, baixamos do ano passado em vinte por cento este valor da dívida e aumentámos a capacidade de receitas. Em dois mil e quinze nós tínhamos um índice de vinte e dois virgula seis por cento de dívida total, em dois mil e dezasseis de dezoito e meio por cento. Em dois mil e treze nós tínhamos uma média de captação de receitas correntes de dez milhões oitocentos sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e três euros, e em dois mil e dezasseis apresentamos uma média de receitas correntes de catorze milhões, quinhentos trinta e sete mil, duzentos setenta e um euros. Isto demonstra bem a capacidade que tivemos nestes quatro anos de ir acolher mais receitas para o município. Foi esta capacidade que tivemos, com certeza com os colaboradores da câmara municipal, com o trabalho que ao longo destes quatro anos fomos fazendo, com os estudos e projetos que aqui fizemos com aqueles que foram nossos parceiros. Com todo este investimento conseguimos aumentar em trinta por cento as receitas, baixando nós os impostos nestes quatro anos, como por exemplo no IRS e no IMI.

Portanto hoje, com um dos índices de dívida total mais baixo do país e com o aumento de receitas significativas na ordem dos trinta por cento é bem demonstrativa a situação económico-financeira positiva e muito estável que a câmara municipal tem.

Isto obviamente, e como foi dito aqui, nós somos uma entidade da administração local, o nosso objetivo, a nossa função e a nossa estratégia é de promover o desenvolvimento económico, social e cultural dum território como Idanha-a-Nova, não somos um agente económico para distribuir lucros a quem quer que seja, estamos cá para ser um agente económico ativo, a favor das pessoas e com as pessoas. E todo este nosso trabalho foi e está e foi aqui hoje demonstrado, por instituições como o Instituto Nacional de Estatísticas, que demonstram que estamos a conseguir inverter este fluxo demográfico muito por ação da câmara municipal. Poderíamos dizer que há uma estratégia a nível do poder central, mas infelizmente todos os governos de diferentes orientações políticas não têm tido políticas que tenham ajudado a combater estas assimetrias. Esperemos que este que está em funções, com a sua estratégia da Unidade de Missão possa dar uma ajuda significativa, mas tido aquilo que temos conseguido tem sido por nossa ação, da câmara municipal, dos agentes económicos que estão no concelho de Idanha, das gentes que estão no concelho, da sua autoestima da sua determinação. E o nosso trabalho vai continuar a ser este, motivar a autoestima das gentes de Idanha, fazer com que os idanhenses sejam os verdadeiros agentes da mudança. É para aí que nós trabalhamos e é com isso que desenvolvemos a nossa atividade.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ chegámos à conclusão de mais um ano civil e portanto estamos a fazer a análise das contas apresentadas pelo executivo e nesta altura somos chamados a votar. Porque o executivo entende que esta é a política que deve seguir, nós entretanto teremos que votar, faria sentido no orçamento fazer as correções que entendemos e isto limita-se a fazer a justificação das despesas que foram feitas durante o ano, portanto não há muito mais aqui a dizer. No entanto nós temos um sentido de voto e esse sentido de voto baseia-se no seguinte, nós analisamos os documentos e também aqui já falamos sobre eles e havia apenas uma ou outra dúvida, não estar sequer a fazer comentários sobre qualquer intervenção que é aqui feita porque apenas vou justificar o sentido de voto.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Chamo a atenção dos senhores para o Plano Plurianual de Investimentos que corresponde a treze por cento do orçamento previsto, foram executados apenas sete vírgula cinco por cento, as Atividades Mais Relevantes ficaram nos setenta e oito vírgula oito por cento de execução, continua a haver uma dependência total das transferências do estado, razão pela qual as transferências de capital ao caírem baixa imediatamente as verbas com as quais podemos contar o que demonstra uma incapacidade de criar receita fora disto. A despesa corrente atingiu os oitenta e um por cento da despesa total, a despesa de capital ficou-se por uns meros catorze por cento do total, os restantes cinco por cento foram transferidos. Por estas razões o Grupo Municipal do PSD, porque não faz qualquer sentido neste momento estar a votar contra, vai-se abster nesta votação.”

Terminada a intervenção do senhor deputado e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: um – António Gil;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016.”**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente deu início à discussão do

**PONTO NÚMERO SEIS: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017** – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre o documento.

O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que o senhor doutor Pedro Grácio, chefe da divisão financeira e patrimonial fizesse a abordagem técnica do documento.

Devidamente autorizado, o senhor doutor Pedro Grácio disse que “relativamente a esta segunda revisão ao orçamento e grandes opções do plano, tem por base a incorporação do saldo de gerência que foi apresentado há poucos minutos, os seiscentos quarenta e um mil, trezentos e oito euros e sessenta e oito cêntimos e este valor, como ditam as regras só pode ser incorporado através de uma revisão após a aprovação das contas, o qual



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

representa um incremento cerca de três virgula vinte e três por cento no orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2017, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa. Este valor nem é uma receita corrente, nem uma receita de capital, é considerada uma outra receita e como todos os anos o executivo tem feito que é fazer uma distribuição pelo valor da despesa, também este o fez. Neste caso a distribuição é feita da seguinte forma, quarenta e cinco mil euros no PPI com a incorporação de uma nova rúbrica que se irá também constituir e que se chama Construção e manutenção de infraestruturas de telecomunicações. Serão também contemplados noventa mil euros para fazer face ao apoio da atividade corrente das juntas de freguesia e o restante valor de quinhentos e seis mil, trezentos e oito euros e sessenta e oito cêntimos na rúbrica de encargos das instalações e que se refere a eletricidade.”

Terminada a explicação o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “a proposta de revisão do orçamento e das grandes opções do plano está associada a um acréscimo de 641 mil euros, do saldo do ano anterior.

Verificamos que, dessa verba, mais de 500 mil euros são para reforço de encargos com instalações, num período em que a CMIN enveredou por compras e aplicação de verbas na aquisição de imobiliário.

Gostaríamos de ser esclarecidos sobre o que será concretamente a atribuição de 45 mil euros na “construção e manutenção de infraestruturas de telecomunicações”.

A conceção orçamental e das grandes opções para 2017, sobre as quais incide esta revisão, não é alterada de forma visível e significativa, mantendo-se no essencial todas as apreciações que fizemos a propósito daquela proposta, no final de 2016.

Por isso, mantendo e até se reforçando a nossa apreciação crítica, repetimos a abstenção que então anunciámos.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “o senhor Presidente da Câmara perdeu aqui uma oportunidade de dar um novo rumo à câmara, o senhor está a falar sempre em cuidar dos munícipes e as nossas críticas têm a ver precisamente com o investimento, tem a ver com a falta de dotação para as freguesias e o senhor tinha aqui esta verba e aquilo que lhe ocorre, para além dos quarenta e cinco mil euros que afeta a uma determinada operação, também afeta noventa mil às juntas de freguesia, mas entretanto perdem-se quinhentos e seis mil que vão para despesa corrente. Estes quinhentos e seis mil seriam a oportunidade de utilizar isto em despesa de capital, porque o concelho é carenciado também em investimento, investimento reprodutivo ou investimento para melhorar a qualidade de vida. Pelo facto do senhor ter afetado desta forma a nossa votação irá refletir-se também.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ respondendo à questão do senhor deputado António Gil, a nova rúbrica tem a ver com infraestruturas de fibra ótica na vila de Idanha e que iremos trabalhar em colaboração com o Instituto Politécnico de Castelo Branco e como não existia rúbrica no orçamento onde pudéssemos incorporar as despesas, daí a criação desta rúbrica. Quanto às considerações do senhor deputado Paulo Baptista, obviamente que estamos a falar num valor que vai para estas rúbricas que depois durante o ano nós vamos gerindo em termos de capital ou de corrente e isto é a virtualidade do orçamento que se reflete depois no final do ano em taxas de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

execução elevadas e na virtualidade daquilo que eu disse mas que durante o ano tem este dinamismo orçamental de alterações de rúbricas que estão devidamente previstas e aprovadas aqui na Assembleia Municipal.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos de abstenção: um – António Gil;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTO EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2017.”**

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento ao

**PONTO NÚMERO SETE: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** – O senhor Presidente solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestara esclarecimentos adicionais relativos ao assunto.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “este ponto que aqui vem, vem no seguimento daquilo que também já aqui se falou. A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova hoje tem, na informação que foi disponibilizada sobre a atividade do município, dos programas comunitários tem cerca de um milhão e setecentos mil euros de fluxos financeiros para receber. Estamos a falar de despesa já efetivamente paga, despesas que foram já certificadas e que temos a expectativa de receber, e voltamos a falar do final do último quadro comunitário de apoio, em overbooking de valores que não foram aproveitados por outros agentes económicos, públicos e privados, mas também já alguns deste quadro comunitário, e estamos a falar de despesa já efetivamente paga. Não está refletida nessa informação mas despesa efetuada e estamos a falar de cerca de dois milhões de euros que temos a expectativa de receber e fruto do fecho do quadro comunitário e também do início deste, não temos uma data previsível de receber, pode ser durante o corrente ano, pode ser no próximo, mas no entanto para que a Câmara Municipal durante este ano, que já temos refletido no nosso orçamento um plano de atividades de obras financiadas pelo quadro comunitário e de programas imateriais que estão refletidos no orçamento do quadro comunitário





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

financiados, é necessário que a atividade económica funcione com toda a virtualidade que nós desejamos. É por isso que trazemos aqui esta contratação de empréstimo de longo prazo, porque a Câmara Municipal tem toda a capacidade para o poder fazer e como foi aqui anunciada a nossa capacidade de endividamento é ainda muito superior a isto.

Esta contratação de empréstimo de longo prazo para fazer face a investimentos municipais tem, e como está previsto, um conjunto de obras que são as obras que estão previstas no nosso orçamento aqui aprovado no mês de dezembro, parte delas são financiadas pelo quadro comunitário, e daí que estão referidos os respetivos valores a participar, e outras por financiamento direto da câmara municipal.

Este ponto que vem aqui é que a Assembleia Municipal tem que se pronunciar e votar sobre cada uma das obras inscritas neste documento.”

Seguidamente solicitou autorização para que o senhor doutor Pedro Grácio fizesse uma apreciação mais técnica sobre o documento.

Devidamente autorizado, o senhor doutor Pedro Grácio disse que “esta vinda aqui da contratação de empréstimo de longo prazo vem ainda numa fase inicial desta contratação. O que está agora a decorrer e que foi aprovado em reunião do executivo, foi o que vai ser pedido às instituições bancárias e quais as instituições bancárias que foram definidas a quem se pudesse pedir uma proposta e as condições que este empréstimo irá ter. Dentro destas condições que foram pedidas, já foram submetidas a três instituições bancárias que a proposta contemplava ainda estamos a aguardar a vinda das propostas para nova reunião do executivo. Entretanto o que acontece é que a Lei das Finanças Locais diz que se ultrapassar um determinado valor do PPI nas obras que se pretendem contratar por empréstimo, deverá ser remetido à Assembleia Municipal para discussão e autorização prévia, e é nestes termos que esta proposta aqui vem, para que a assembleia possa discutir e autorizar, previamente à contratação do empréstimo, as obras que irão integrar esse mesmo empréstimo e que são as que estão definidas nesta proposta. De referir ainda que das obras que aqui estão definidas na proposta todas as obras cujo valor total não vai ser financiado pelo empréstimo, o que está a ser financiado é a componente nacional, uma vez que essas obras irão ser também candidatas para serem financiadas através de fundos comunitários, oitenta e cinco por cento, sendo que quinze por cento corresponde ao valor da componente nacional e é essa parte que nós pretendemos financiar através de empréstimo a componente nacional e essa componente nacional também é excecionada ao endividamento, naquilo que são os limites do endividamento, ou seja não contam para o endividamento. Por isso seriam também importante que a deliberação tomada possa ter essa menção que estas obras são para serem cofinanciadas na componente nacional no valor de...”

Terminada a explicação, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “ uma questão prévia sobre o processo e que me surgiu agora aqui, portanto o que a assembleia se vai pronunciar é individualmente sobre cada um dos elementos constantes da lista, não há uma apreciação nem um conhecimento global sobre o empréstimo (o senhor Presidente da Câmara respondeu não e isso deverá ocorrer a seguir e numa outra sessão da assembleia) e sendo assim aquilo que vou dizer pode fazer outro significado e tenho aqui só uma dúvida, os trezentos mil euros para aquisição de viaturas de recolha de resíduos sólidos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

correspondem à necessidade de renovar equipamentos ou existe alguma intensão de alterar a tipologia ou os procedimentos de execução desse serviço? (O senhor Presidente da Câmara disse que está previsto em orçamento a aquisição de novas viaturas para a renovação da frota de recolha de resíduos).

Não temos qualquer discordância em relação à esmagadora maioria das aplicações do empréstimo, da lista que nos foi facultada.

A nossa divergência em relação ao empréstimo global sobre o qual não nos vamos pronunciar nesta sessão da assembleia, já decorre da apreciação que fiz no ponto anterior da ordem de trabalhos, é sobre as prioridades orçamentais (sobretudo as quantias gastas em aquisição de edifícios, contratação externa de projetos e estudos e as avenças) que absorvem verbas que seriam uteis para aquilo que nos é enumerado no documento explicativo do pedido de autorização do empréstimo.

Daí que, embora em relação à questão global do empréstimo não temos discordância mas temos reservas que nos levaria à abstenção, dado o facto de ver prioridades que o executivo tem de aplicação de verbas com as quais discordamos, o que obriga a recorrer à contração do empréstimo, mas porque em relação com a grande parte das obras em si não estamos em desacordo e não queremos que uma nossa abstenção seja entendida, ou seja divulgada como uma discordância ou um obstáculo a que as obras se façam, vamos votar favoravelmente cada uma delas com as reservas todas que dissemos aqui em relação às prioridades orçamentais.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “nós votamos o orçamento para 2017 onde estavam contempladas diversas atividades e diversos investimentos, portanto havia dotação e cabimento orçamental para isso e por isso pergunto o porquê da razão de um empréstimo contraído se tínhamos cabimento orçamental para executar tais obras.

Relativamente e agora não percebi exatamente o que é que nós vamos votar, porque se é a análise destas obras e relativamente às mesmas gostava de perceber, porque não são muito concretos muitos itens, designadamente “Rede integrada de serviços de saúde no concelho de Idanha-a-Nova”, que tipo de investimento é que será este, depois também “Implementação de medidas de eficiência energética em edifícios municipais”, sabemos que o edifício sede da câmara municipal foi intervencionado recentemente em termos de eficiência energética e estamos a falar de um investimento de trezentos cinquenta mil euros, que outros edifícios é que vão estar contemplados com estas medidas? Estamos a falar de valores e por exemplo este de trezentos cinquenta mil euros, a assembleia acabou de aprovar um cabimento orçamental que vem do saldo da gerência anterior de cerca de seiscentos e qualquer coisa mil euros, porque é que não poderia ser canalizado para este tipo de rúbricas, algumas ainda têm cabimento, em vez de contrairmos empréstimo. Percebi perfeitamente a sua explicação e estava com muitas reservas anteriormente porque há pouco dizia-se houve uma redução do passivo e dos encargos bancários, e portanto à boa moda portuguesa livrámo-nos dos encargos bancários então vamos outra vez endividar-nos, vamos aumentar a nossa dívida e o nosso passivo bancário.

Percebi que se nós pudéssemos evitar este endividamento através da dotação orçamental que existia, é bem mais interessante do que termos rúbricas muito genéricas que não percebemos, designadamente os encargos para as instalações. Arranjos urbanísticos nas diversas localidades do concelho, em que é que consiste e onde, concretamente em que localidades é que vão surgir estes arranjos urbanísticos, beneficiação e pavimentação de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

caminhos e estradas municipais. Este é um ponto, que acho senhor Presidente da Câmara, que acho que já falamos aqui numa qualquer anterior sessão da assembleia, é importante efetivamente para todos os munícipes, e é muito cara esta questão dos caminhos municipais, os senhores presidentes de junta têm esta noção e esta sensibilidade que os proprietários de prédios rústicos têm sempre muitas questões acerca dos caminhos rurais, se são públicos, se são particulares, porque há muitos litígios quando são fechados ou destruídos ou alterados e a primeira coisa que os particulares vão fazer não é ir aborrecer o senhor Presidente da Câmara, vão bater à porta do senhor Presidente de Junta de Freguesia a pedir a intervenção, em primeiro lugar para tentar dirimir algum conflito, mas também para proteção do domínio público. Mas depois deparamo-nos com um problema que não, não se consegue identificar se um determinado caminho é público ou particular, porquê? Porque não existe um mapeamento municipal dos caminhos públicos. Acho que seria muito mais importante pensar, quando estamos a fazer beneficiação e pavimentação de caminhos e estradas municipais, e eu estou a falar dos caminhos públicos municipais, de perceber quais são efetivamente os caminhos e quais é que precisam da sua intervenção. E portanto essa obra deveria ser desenvolvido e já andamos a falar nisto há algum tempo e esta é que é efetivamente uma necessidade básica dos munícipes, e portanto temos aqui uma verba significativa em termos de investimento e também não percebo, porque me parece que a beneficiação e pavimentação de caminhos trata-se de uma despesa corrente e não percebo porque é que se vai contrair um empréstimo para despesa corrente, ou seja para uma mera conservação.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “dos primeiros projetos que estão aqui representados e que são os tais que se irá financiar a componente nacional, estamos a falar de projetos que todos eles estão aprovados no âmbito do quadro comunitário, como é o caso de Rede integrada de serviços de saúde no concelho de Idanha-a-Nova, foi assim definido um conjunto de projetos que estão a ser elaborados que envolvem isto mesmo, a rede integrada nos centros de saúde e são obras e equipamentos que vão ser adquiridos em colaboração e numa estratégia com o Serviço Nacional de Saúde. Isto foi um projeto que foi aprovado no âmbito do quadro comunitário e que temos contratualizado com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. O mesmo acontece com todos os projeto enumerados até à “Creche no Rosmaninhal e sala de estudo” e que vamos ter o cofinanciamento do quadro comunitário. Os outros são obras que decorrem do nosso orçamento que foi aprovado em dezembro do ano passado e onde estão inseridos em rubricas muito concretas, portanto não vimos aqui apresentar obras novas e o empréstimo faz sentido porquê? Como disse no início, é que nós no nosso orçamento temos a expectativa de vir a receber aquele dinheiro dos fundos comunitários que temos para receber, mas não sabemos quando é que vamos receber e portanto estamos no âmbito de um novo quadro comunitário e queremos que estas obras avancem e não podemos ficar aqui à espera que nos mandem o dinheiro do overbooking, porque pode demorar muito mais tempo, mas a nossa expectativa é grande e significativa em o vir a receber. A senhora deputada disse aqui que lá vamos nós a recorrer a um novo empréstimo. A verdade é que está muito restringido o acesso aos empréstimos por parte da administração local. Eu disse aqui que a nossa dívida é de dezoito e meio por cento, mas a dívida do país é de cento trinta por cento, e eu já na última sessão da assembleia municipal disse que há municípios aqui ao lado que têm duzentos e setenta por cento de dívida, portanto nós temos a capacidade de ir buscar este dinheiro para que a nossa economia local cresça, porque quanto mais depressa formos buscar este dinheiro, mais depressa chegamos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA**  
**ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

aos fundos comunitários e por isso é que nós conseguimos trinta por cento do aumento de receitas nos últimos quatro anos porque temos essa capacidade financeira, e estamos a falar de receita efetiva, não estamos a contar com o dinheiro que possa vir.

Do último empréstimo contratado, em 2014, nem sequer chegamos a utilizar a totalidade do mesmo, porque não foi necessário tendo já amortizado a quase totalidade do mesmo porque a nossa capacidade financeira é boa, o que nos permite esta virtualidade. Eramos maus gestores se não tivéssemos nenhum empréstimo e estivéssemos aqui à espera que o dinheiro chegasse para depois fazer a obra.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ porque é que vamos votar obra a obra quando as mesmas já estão previstas em orçamento e as mesmas foram aprovadas aquando da aprovação do orçamento por esta assembleia?”

O senhor Presidente da Câmara disse que “independentemente de estar previstas no orçamento o que diz a Lei das finanças locais independentemente de estarem em PPI têm que vir à Assembleia Municipal para sua discussão e aprovação para integrar o empréstimo. Aquando do pedido de empréstimo de 2014 as obras foram votadas em conjunto e o Tribunal de Contas devolveu o processo e disse que as obras deveriam ser votadas individualmente, apesar de estarem incluídos nos PPI e posteriormente em sessão da assembleia municipal foram votadas individualmente as obras a integrar nesse empréstimo, e para que não se faça o mesmo erro, as obras terão que ser votadas individualmente.”

O senhor deputado Paulo Baptista solicitou a palavra e devidamente autorizado disse que “ para esclarecer temos duas questões, uma é o empréstimo em si e a outra são as várias obras, nós estamos a votar as obras que posteriormente se traduzirá na contratação do empréstimo. Pelas várias úvidas que nos suscitam pelo facto de serem vagas as obras e não absolutamente esclarecedoras, não poderemos votar favoravelmente aquilo que nos é pedido e naturalmente não querendo impedir que haja investimentos de capital no concelho não iremos votar contra, mas iremos sim abster-nos. ”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Gil que disse que “não é uma tentativa de agravar a confusão, mas tentar ver se eu percebi, nós vamos votar aqui individualmente a abertura do processo de contratação de um empréstimo em relação a estas obras e a partir deste processo, numa fase seguinte seremos chamados a pronunciar-nos globalmente sobre a autorização de empréstimo, isto é, esta votação é para que o processo de empréstimo tenha desenvolvimento.”

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a inclusão da obra “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO E ZONA ENVOLVENTE” na futura contratação de empréstimo de longo prazo, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO E ZONA ENVOLVENTE” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS E DOZE MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE TRINTA E UM MIL E OITOCENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO JARDIM DE INFÂNCIA DE IDANHA-A-NOVA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO JARDIM DE INFÂNCIA DE IDANHA-A-NOVA” NO VALOR TOTAL DE CENTO CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E DEZ EUROS E NOVENTA CENTIMOS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE VINTE E TRÊS MIL E TREZENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DO CUI”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DO CUI” NO VALOR TOTAL DE TREZENTOS SETENTA E UM MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE CINQUENTA E CINCO MIL E TREZENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE SANTO ANTÓNIO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE SANTO ANTÓNIO” NO VALOR TOTAL DE OITENTA E OITO MIL, CENTO QUARENTA E CINCO EUROS E QUARENTA E NOVE CENTIMOS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE TREZE MIL EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RECINTO DA FEIRA RAIANA – 1.ª FASE”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RECINTO DA FEIRA RAIANA – 1.ª FASE” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS E DOZE MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

**COMPONENTE NACIONAL DE TRINTA E UM MIL E DUZENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “REDE INTEGRADA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**““FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “REDE INTEGRADA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS CINQUENTA MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO NO CONJUNTO ARQUITÉTICO E ARQUEOLÓGICO DE IDANHA-A-VELHA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**““FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO NO CONJUNTO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO DE IDANHA-A-VELHA” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE TRINTA MIL EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO NO CONJUNTO ARQUITÉTICO E ARQUEOLÓGICO DE IDANHA-A-VELHA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO NO CONJUNTO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO DE IDANHA-A-VELHA” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE TRINTA MIL EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “VALORIZAÇÃO DO CASTELO E MURALHAS DE MONSANTO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “VALORIZAÇÃO DO CASTELO E MURALHAS DE MONSANTO” NO VALOR TOTAL DE QUATROCENTOS MIL EUROS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE SESENTA MIL EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “CRECHE NO ROSMANINHAL E SALA DE ESTUDO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À OBRA “CRECHE NO ROSMANINHAL E SALA DE ESTUDO” NO VALOR TOTAL DE CENTO CINQUENTA E DOIS MIL NOVECENTOS QUARENTA E UM EUROS E DEZOITO CÊNTIMOS, VALOR ESTE QUE INCLUI A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE NACIONAL DE VINTE BE DOIS MIL E NOVECENTOS EUROS, A INCLUIR NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÁTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS” NO VALOR TOTAL DE TREZENTOS CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “BENEFICIAÇÃO DE LARES DE 3.ª IDADE”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “BENEFICIAÇÃO DE LARES DE 3.ª IDADE” NO VALOR TOTAL DE CENTO CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**”

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO CONCELHO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO CONCELHO” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**”

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “LEVANTAMENTO E REPOSIÇÃO DE CALÇADAS – ZONA DO CASTELO - SEGURA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “LEVANTAMENTO E REPOSIÇÃO DE CALÇADAS – ZONA DO CASTELO -**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

**SEGURA” NO VALOR TOTAL DE OITENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “ARRANJOS URBANÍSTICOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO CONCELHO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “ARRANJOS URBANÍSTICOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO CONCELHO” NO VALOR TOTAL DE CENTO CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS NO CONCELHO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NO CONCELHO” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.””**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS” NO VALOR TOTAL DE TREZENTOS MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “AMPLIAÇÃO DE CIMITÉRIOS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PARA GAVETÕES NO CONCELHO”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PARA GAVETÕES NO CONCELHO” NO VALOR TOTAL DE CENTO SETENTA E CINCO MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra BENEFICIAÇÃO E NPAVIMENTAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA  
ATA N.º 25 DE 28-04-2017**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS” NO VALOR TOTAL DE DUZENTOS CINQUENTA MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**”

De seguida o senhor Presidente submeteu a votação a obra “COSNTRUÇÃO DAS ETAR’S DE SEGURA, TOULÕES E PROENÇA-A-VELHA”, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Susana Martins, Pedro Ribeiro e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a inclusão da obra foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

**“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À INCLUSÃO DA OBRA “CONSTRUÇÃO DAS ETAR’S DE SEGURA, TOULÕES E PROENÇA-A-VELHA” NO VALOR TOTAL DE TREZENTOS MIL EUROS, NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FAZER FACE A INVESTIMENTOS MUNICIPAIS.”**”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.